

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**O GOLPE AO PRESIDENTE JOÃO GOULART SOB A  
ÓTICA DO JORNAL *A RAZÃO***

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Valquiria de Moraes Pereira**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2014**

**O GOLPE AO PRESIDENTE JOÃO GOULART SOB A ÓTICA  
DO JORNAL A RAZÃO**

**Valquiria de Moraes Pereira**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Especialista em História do Brasil.**

**Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad.**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização**

**O GOLPE AO PRESIDENTE JOÃO GOULART SOB A ÓTICA DO  
JORNAL A RAZÃO**

elaborada por  
**Valquiria de Moraes Pereira**

como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Especialista em História do Brasil**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Diorge Alceno Konrad, Dr.**  
(Presidente, Orientador)

---

**Glaucia Vieira Ramos Konrad, Dra. (UFSM)**

---

**Moacir Bolzan, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 20 de janeiro de 2014.

A imprensa é uma torrente em fúria, que submerge as planícies e devasta as colheitas se o jornalista for irresponsável.”

Mahatma Gandhi, em *Memórias*

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos que, de diversas maneiras, contribuíram para a conclusão desta monografia.

À minha família, por compreender meus momentos de afastamentos do convívio em casa para me dedicar às pesquisas e escrita do texto.

Aos funcionários da Empresa Jornalística de Grandi Ltda, pelo atendimento dispensado quando procurei a sede do jornal para as primeiras pesquisas com o acervo de janeiro a abril de 1964.

Aos integrantes do grupo de colaboradores do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria e sua diretora, a arquivista Daniéle Xavier Calil, pela atenção sempre presente, desde a agenda das visitas até a consulta das edições de outubro a dezembro de 1963.

Ao professor doutor Diorge Alceno Konrad pelas orientações durante a especialização, atenção às minhas indagações e confiança na ideia apresentada.

Aos professores doutores Glaucia Vieira Ramos Konrad e Moacir Bolzan por aceitarem o convite para fazerem parte da Banca Examinadora.

Ao Curso de Especialização em História do Brasil da Universidade Federal de Santa Maria pela acolhida à turma de 2012.

Aos colegas que iniciaram o curso e concluíram nesse ano de 2013, cada um na sua área de interesse, mas todos dispostos a trocar ideias e se ajudarem mutuamente.

E agradeço a uma força que todos nós temos interiormente, que alguns chamam de Deus, outros de Força Universal e tantos outros de Fé, mas que se sente presente nos momentos mais delicados de nossas vidas e que agora está aqui comigo, pois cheguei ao final da tarefa a que me propus.

## RESUMO

Monografia de Especialização  
Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal de Santa Maria

### **O GOLPE AO PRESIDENTE JOÃO GOULART SOB A ÓTICA DO JORNAL A RAZÃO**

AUTORA: VALQUIRIA DE MORAES PEREIRA

ORIENTADOR: DIORGE ALCENO KONRAD

Data e Local da Defesa: 20 de janeiro de 2014, Santa Maria.

Este trabalho apresenta o estudo das edições do Jornal *A Razão* de Santa Maria, no período de 5 de outubro de 1963 a 7 de abril de 1964. Seu objetivo foi identificar a ótica do Jornal diante de um dos momentos mais críticos da História do Brasil: os últimos meses do governo João Goulart e sua deposição pelo Golpe Civil-Militar. A conspiração, iniciada pelos opositores do Presidente, utilizou-se da ampla capacidade da imprensa de influenciar a opinião pública, explorando com habilidade a tensão gerada pela “Guerra Fria” e fabricando situações que a História brasileira vem desmentindo ao longo do tempo, resultado da produção fértil das pesquisas feitas sobre a década de 1960: o Brasil não seria palco de uma revolução comunista. *A Razão* provia seus leitores regularmente com notícias produzidas nas capitais do Sudeste do País e reproduzia o discurso dos conspiradores, cujo principal objetivo era enfraquecer o Presidente Goulart, acusando-o de ser comunista e de tramar um golpe para se perpetuar no poder e transformar o Brasil em um satélite da União Soviética. O jornal local seguiu a cartilha dos grandes grupos da mídia impressa e aliados da conspiração, entre eles, o maior conglomerado das comunicações na época, os *Diários Associados*, do qual era propriedade.

**Palavras-chave:** João Goulart; História e Imprensa; Golpe civil-militar de 1964; Jornal *A Razão* de Santa Maria.

## ABSTRACT

Specialization Monograph  
Post-Graduate Program in History  
Federal University of Santa Maria

### COUP D'ETAT AND PRESIDENT JOÃO GOULART UNDER THE PERSPECTIVE OF A *RAZÃO* NEWSPAPER

AUTHOR: VALQUIRIA DE MORAES PEREIRA

ADVISOR: DIORGE ALCENO KONRAD

Date and Place of Presentation: January 20<sup>th</sup>, 2014, Santa Maria.

This paper presents the study of *A Razão*, a Santa Maria newspaper, addressing the issues published from October 5<sup>th</sup> 1963 to April 7<sup>th</sup> 1964. The study aimed at identifying the newspaper perspective of one of the most critical moments in the Brazilian History: the last months of the government of João Goulart and his deposition by a civil-military coup d'état. The conspiracy, which was triggered by the President's opponents, used the wide ability of the press to influence public opinion, skillfully exploiting the tension generated by the Cold War and producing situations that the Brazilian History has belied over time as a result of fertile researches into the 1960s: Brazil would not have been a stage for a communist revolution. *A Razão* provided its readers with news produced in the capitals of the Southeast of the country in a regular basis and reproduced the discourse of the conspirators, whose main goal was to weaken President Goulart by accusing him of both being a communist and plotting a coup d'état to perpetuate himself in power and turn Brazil into a satellite of the Soviet Union. The local newspaper followed the spelling book of large print media companies and conspiracy allies, including its owner, *Diários Associados*, which was the largest communication conglomerate at the time.

**Keywords:** João Goulart; History and print media; 1964 civil-military coup d'état; Santa Maria *A Razão* newspaper.

## **LISTA DE SIGLAS**

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores  
ESG – Escola Superior de Guerra  
FEB - Força Expedicionária Brasileira  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
NWC – National War College  
PCB - Partido Comunista do Brasil  
PRP – Partido de Representação Popular  
PSD – Partido Social Democrático  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PUA – Pacto de Unidade e Ação  
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito  
SUPRA – Superintendência de Política Agrária  
UDN – União Democrática Nacional  
UNE – União Nacional dos Estudantes



## LISTA DE ANEXOS

Anexo A – <i>A Razão</i> e a força.....	70
Anexo B – Deputado sugere ao Presidente da República que renuncie o governo.....	71
Anexo C - Novas críticas violentas na Câmara Federal ao Governo de João Goulart.....	72
Anexo D – A espera do sinal.....	73
Anexo – Vergonha cívica.....	74
Anexo F – Sabotadores comunistas tentam impedir pregação democrática de João Calmon, em Fortaleza.....	75
Anexo G - Os criminosos da legalidade.....	76
Anexo H - <i>La donna é mobile</i> .....	77
Anexo I - União do povo cristão do país contra o perigo do comunismo.....	78
Anexo J - Os incondicionais do poder .....	79

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 OS MILITARES E A POLÍTICA</b> .....	12
<b>1.1 O Conceito de Segurança Nacional</b> .....	13
<b>1.2 O Brasil da Década de 1960</b> .....	18
<b>1.3 O Complexo IPES/IBAD</b> .....	22
<b>2 HISTÓRIA E IMPRENSA</b> .....	25
<b>2.1 Assis Chateaubriand</b> .....	27
<b>2.2. Carlos Lacerda</b> .....	29
<b>2.3 A Rede da Democracia</b> .....	31
<b>3 O JORNAL A RAZÃO</b> .....	33
<b>3.1 Edições Comentadas</b> .....	33
3.1.1 Outubro de 1963.....	33
3.1.2 Novembro de 1963 .....	39
3.1.3 Dezembro de 1963.....	41
3.1.4 Janeiro de 1964.....	45
3.1.5 Fevereiro de 1964.....	49
3.1.6 Março de 1964.....	54
3.1.7 Abril de 1964.....	62
<b>CONCLUSÃO</b> .....	66
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	67
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b> .....	68
<b>ANEXOS</b> .....	69

## INTRODUÇÃO

O General Olympio Mourão Filho afirma, em suas memórias, que começou a conspirar contra o governo de João Goulart, quando ainda em Santa Maria, em 1962, era o comandante da 3ª Divisão de Infantaria. Acreditava o general de “que estava diante de vasta e perigosa conspiração contra o regime.” (Silva, 1978, p. 206) Assim como Mourão Filho, civis e militares que temiam os supostos projetos de cunho socializante do governo, como, por exemplo, a reforma agrária, começaram a conspirar com o propósito de interromper o mandato do chefe do Executivo.

Por sua atuação no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e considerado “herdeiro político” de Getúlio Vargas, João Goulart não foi a melhor escolha para os setores conservadores da sociedade brasileira, os quais associavam o trabalhismo ao pensamento comunista. Estes setores, desde a derrota diante da Campanha da Legalidade, em 1961, iniciaram a construção da derrubada de Jango. Em São Paulo, empresários e militares de alto escalão deram início a uma conspiração que se utilizaria da imprensa e de uma propaganda ideológica sem limites para destruir a imagem de Goulart, arregimentando apoiadores que ajudaram na mudança da opinião pública contra o Governo Federal. Assim, o papel da imprensa que apoiava os conspiradores seria de fundamental importância para o sucesso da operação. Este estudo insere-se nas pesquisas contemporâneas que se utilizam dos jornais impressos como fonte histórica e a relação existente entre História e Imprensa.

Nesta monografia, as edições do jornal *A Razão* de 5 de outubro de 1963 a 7 de abril de 1964 são pesquisadas à procura de pronunciamentos, editoriais e notícias que davam conta do Governo de João Goulart sob duas perspectivas: a oposicionista e a situacionista. As manchetes divulgadas pela imprensa local seguiam os moldes daquelas veiculadas no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, sendo muitas vezes cópias idênticas. Eram perfeitamente “coerentes” com o pensamento golpista empreendido naquele momento, alimentando uma verdadeira indústria de boatos que tinham por objetivo atingir diretamente o Presidente Goulart, fazendo parte de uma lógica compartilhada por muitos de que era preciso combater o “perigo vermelho” - a ameaça de o Brasil se transformar em um país socialista, no modelo da então União Soviética. A sociedade, em uma considerável parcela, foi conquistada para a ideia de que o Brasil corria o grave risco de

se tornar um “país comunista” e de que o principal responsável por esse temor coletivo era o próprio Presidente da República. Este, por sua aproximação com setores considerados “subversivos” (sindicatos, União Nacional de Estudantes, políticos simpatizantes a reformas estruturais no País, Ligas Camponesas) passou a ser elemento suspeito diante de setores conservadores da sociedade brasileira.

O trabalho está dividido em três partes. A primeira parte, descreve um pouco da situação social e econômica do Brasil dos anos 1960, a crise da renúncia de Jânio Quadros e a batalha pela posse do então Vice-Presidente João Goulart. A existência desta batalha somente pode ser compreendida em sua lógica se apresentarmos o pensamento brasileiro da época inserido no contexto da “Guerra Fria” e a atuação da Escola Superior de Guerra (ESG) na difusão do conceito da “guerra revolucionária” e sua ameaça à América Latina, bem como a influência que os militares receberam daquela Instituição. A conspiração civil tem início com o apoio de dois institutos de pesquisa, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), custeados pelos empresários do Sudeste do País. A imprensa desta região brasileira se tornaria o veículo de transmissão mais utilizado para espalhar as ações da conspiração que consistia basicamente em destruir a imagem do Presidente da República e construir o mito do presidente “golpista, subversivo e comunista”.

A segunda parte trata da relação entre História e Imprensa. Os historiadores tem se utilizado, como fontes de pesquisa, os jornais da época em estudo e a produção acadêmica nesse campo tem sido constante.

A terceira parte é constituída de comentários de todas as publicações aqui relacionadas do jornal *A Razão*, dentro do limite temporal estabelecido pela pesquisa, que mencionassem a pessoa de João Goulart e também a suposta “ameaça comunista” no País. São notas publicadas, algumas sem autoria, mas com claro cunho de ataque ao Governo, servindo aos propósitos conspiradores; editoriais escritos por ferrenhos críticos do Presidente e; notícias recebidas das sucursais do Rio de Janeiro e São Paulo, via telegrama.

## 1 OS MILITARES E A POLÍTICA

A participação de militares na política brasileira, em especial os oficiais de alta patente (coronéis e generais) se aprofundou com o Golpe da Proclamação da República. Tal participação, porém, não resulta antes de 1964, em intervenções duradouras e com a chefia do mais alto cargo do Poder Executivo, exceto os governos iniciais de Deodoro do Fonseca e Floriano Peixoto, bem como de Hermes da Fonseca, na Primeira República, mais o Governo de Eurico Gaspar Dutra, após 1945. Assim, conforme Maud Chirio “de proclamações a manifestos, de revoltas a ultimatos, de intervenções pontuais a pressões de gabinetes, homens em armas estiveram entre as principais eminências, pardas ou não, da República.” (2012, p. 7).

Com o Golpe Civil-Militar de 1964, entretanto, tal participação na política estende-se por longos 21 anos, período em que a sociedade assiste a ascensão de generais escolhidos entre a cúpula militar ao cargo de presidente da República. Percebe-se que a força terrestre tem a preferência na escolha de seus membros, posição de prestígio adquirida com a modernização do Exército empreendida pelos generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, ainda no primeiro governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945. João Roberto Martins Filho em *Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do Golpe*, afirma que o contexto da “Guerra Fria” teria servido “para agravar as tendências anticomunistas já existentes nas Forças Armadas, particularmente depois da rebelião de 1935.” Martins Filho (2003 apud FERREIRA, 2003, p. 107). Muito antes de João Goulart tomar posse na presidência da República, a direita militar já formara um discurso negativo diante da sua pessoa. Quando Goulart era Ministro do Trabalho de Vargas, as acusações tiveram início. A partir desse momento,

enraizou tanto a acusação feita a seu respeito de promover uma “comunização” do Brasil quanto o ódio que lhe dispensavam os setores conservadores das Forças Armadas. Desde essa época, ele vem sendo acusado, pela União Democrática Nacional (UDN), a imprensa conservadora e a ditadura militar, de populismo, demagogia e simpatia pela “República sindicalista” peronista da vizinha Argentina. (Ibid., p. 17)

Ao longo dos anos, tornou-se quase impossível para Goulart combater tais acusações sem que se desgastasse ainda mais, pois a campanha difamatória era intensa. Na crise de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, os três ministros militares se manifestam contra a posse do então

Vice-Presidente João Goulart, acusando-o de estar em “conluio com os sindicatos, traição dos autênticos interesses das classes populares e cumplicidade com o comunismo internacional”. (Ibid., p. 18)

Como afirma Martins Filho “politicamente, as Forças Armadas, sobretudo o Exército, ascenderam a um papel central no aparelho de Estado após a repressão das forças de esquerda, do movimento integralista e das oligarquias regionais”. Assim, “Estado e Forças Armadas tornavam-se difíceis de distinguir. Mais do que defesa nacional, o Exército cuidava da ordem interna e fazia-se fiador da política de industrialização nacional.” (2003, p. 105)

Desta forma, cuidar da ordem interna era, considerada pelos militares, uma missão da qual eles se julgavam os mais capazes no momento, pois o suposto “avanço do comunismo” e a crença de que a “guerra revolucionária” já estaria em curso no Brasil colocavam-nos na linha de frente do combate a essa ideologia chamada de “perigosa” para a ordem e o progresso da Nação. Em resposta a um questionário sigiloso proposto pelo Ministro da Guerra, por exemplo, com data de 16 de novembro de 1963, general Jair Dantas Ribeiro, Mário Poppe de Figueiredo, então comandante da 3ª Divisão de Infantaria, com sede em Santa Maria, escreveu: “O problema comunista se apresenta digno de referência na Guarnição de Santa Maria, centro ferroviário e estudantil importante. Há uma pequena, mas atuante minoria comunista, sempre presente na direção das agitações e greves. Contudo, não dá maior preocupação.” (FIGUEIREDO, 1970, p. 141)

### **1.1 O Conceito de Segurança Nacional**

O conceito de Segurança Nacional que se tornará permanente para o Brasil por mais de 50 anos, tem suas raízes após a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, sobretudo após a volta de seus oficiais da guerra na Europa, influenciados pelo pensamento e a convivência com o exército norte-americano. Eles assumem a posição de defesa do Continente ao lado do bloco capitalista e da continuidade desse modo de produção. Se antes da Guerra, a definição de Segurança Nacional envolvia a posse e a exploração de nossos recursos minerais como o carvão e o petróleo, a partir do fim do conflito, “ela passou a ser um conceito fundamentalmente político.” (OLIVEIRA, 1978, p. 27) Assim, a convivência dos oficiais

brasileiros com os militares dos Estados Unidos modificou a visão que eles tinham sobre o rumo que o País deveria tomar para alcançar o desenvolvimento econômico e sair do quadro de estagnação ao qual se encontrava. Nosso desenvolvimento era lento, mas os obstáculos não seriam intransponíveis. A oficialidade que retornou depois de uma temporada de estudos no National War College (NWC), nos Estados Unidos, voltaria ao Brasil convicta e com um discurso de que somente com a presença de uma elite “capaz de assumir os encargos da direção e de administração do esforço nacional de construção.” (GURGEL, 1975, p.31) deixaríamos de ser uma Nação atrasada e incompatível com a grandeza territorial e de recursos que possuíamos.

A fundação da ESG, criada no Governo de Eurico Gaspar Dutra, pela Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949, teria uma motivação básica e consoante com a conjuntura do pós-Guerra: o estado de “desinteligência lavrada entre poderosos estados-nações, que arrastara para o conflito mais da metade do globo, impusera às organizações nacionais a revisão de comportamentos internos e externos, para fazer frente a novas contingências, de grande influência na vida dos povos.” (Ibid., p. 27) Aquele que viria a ser um de seus maiores objetivos e que passaria a ser o pensamento dominante na Escola é bem descrito no seguinte trecho: o de “cumprir o papel de formar um grupo selecionado capaz de dirigir o plano de desenvolvimento de que o país precisava.” (Ibid., p. 32) Mas não seria apenas preparar homens para o exercício de desenvolvimento econômico do Brasil, mas também criar neles o “hábito do trabalho em conjunto e o condomínio de uma técnica racional de solução de problemas”. (Ibid., p. 32) Assim, a ESG deveria se transformar em um centro permanente de pesquisas, pois o que o Brasil precisava não era somente teorias de guerra, mas sim de teorias que alavancassem o desenvolvimento do País.

Os generais Cordeiro de Farias e Golbery do Couto e Silva concordavam em sua ideias e impressões acerca de como deveria se dar o processo de desenvolvimento brasileiro. Conforme afirmou o General Farias, “o impacto da FEB foi tal que voltamos ao Brasil procurando por modelos de governo que funcionassem: ordem, planejamento, finanças racionais. Nós não encontramos este modelo no Brasil naquele estágio mas decidimos procurar meios para encontrar o caminho no longo prazo.” (Ibid, p. 30) O pensamento do General Golbery, após seu retorno do NWC, confirma as afirmações de Cordeiro de Farias, ao se referir aos Estados Unidos: “Eu fui e foi um grande impacto: para mim, ficou perfeitamente claro que um país em regime de livre

empresa tinha sido bem sucedido em criar uma grande potência industrial.” (SILVA, 1972, p. 21 *apud* GURGEL, 1975, p. 30).

Até a vitória da Revolução Cubana, em 1959, os Estados Unidos não viam na América Latina a possibilidade de sucesso do comunismo, sendo que, o Continente estava às margens de suas preocupações em termos de segurança e defesa, mesmo que a Doutrina Monroe<sup>1</sup> tenha influenciado a geopolítica da região desde o século XIX. Porém, antes da vitória em Cuba, os franceses, a partir de suas experiências mal sucedidas em interromper os processos de independências na Indochina e Argélia, já vislumbram o avanço de um tipo de guerra que marcaria os conflitos e tensões da “Guerra Fria”: a guerra revolucionária. Os estudos franceses já eram conhecidos na ESG e o temor da ação iminente de uma guerra revolucionária que estaria em curso no Brasil, justificou, na lógica dos conspiradores, de que era preciso agir antes que esse novo tipo de conflito conseguisse a vitória e o alcance de seu objetivo. Extraímos um conceito objetivo de *guerra revolucionária* da obra do vice-almirante Caminha: “A guerra revolucionária é o conflito desenvolvido internamente num país, tendo a ação subversiva orientada, na versão moderna, por concepção marxista-leninista.” (CAMINHA, 1982, p. 59)

A teoria marxista-leninista, tão pouco compreendida em um Brasil alinhado aos Estados Unidos, já se fazia presente no entendimento desse tipo de guerra nos estudos desenvolvidos na ESG para civis e militares. O uso de técnicas especiais, as ações nos centros urbanos e nas áreas rurais, na esfera psicossocial, o controle progressivo da população, dos meios de comunicação, o emprego do terrorismo e a luta na clandestinidade são identificados como já estando em curso no País e sem controle pelo governo “conivente” de Jango. Ainda segundo o autor, na estratégia comunista de tomada do poder, a infiltração ideológica era uma preocupação constante e um ingrediente básico para o sucesso da luta. Esta infiltração se daria “nos meios culturais, estudantis e operários e o controle dos meios de divulgação.” (Ibid, p. 181) Era desta camada social que sairia o soldado para o combate comunista; contudo, os dirigentes da luta seriam formados por pessoal pertencente “aos meios ditos intelectuais”, segundo palavras do autor, comprovando daí a origem da perseguição intensa que os intelectuais brasileiros, principalmente dos meios universitários, sofreriam após o 31 de março.

---

<sup>1</sup> O presidente dos Estados Unidos, James Monroe, defendeu no Congresso em 1823 que, nenhuma intromissão europeia deveria ser permitida no continente americano, bem como o fim do colonialismo europeu em terras americanas: “América para os americanos.”



Conforme a obra, a ação psicológica seria, na fase inicial da guerra, até mais importante de que a ação militar, segundo a estratégia comunista. E então, após Cuba, a América Latina deveria sim se preocupar com o avanço das ideias comunistas. E como ferramenta a ser utilizada, conforme a obra, seria a ação psicológica, na fase inicial da guerra, até mais importante para concretizá-la.

Outro exemplo de que o conceito de guerra revolucionária não era desconhecido dos militares brasileiros vem de 1960, quando Brasil e Argentina sediam uma missão militar francesa. Com ela, as teorias e técnicas francesas de luta contra a subversão são difundidas, além do que já era feito por meio de publicações em revistas militares desde 1957, com a tradução para o português do artigo “A Guerra Revolucionária”, editada por uma revista ligada ao Ministério de Defesa da França.

Percebe-se que, com essas publicações e seus leitores nos círculos militares no Brasil, para os oficiais brasileiros, esse tipo de guerra não seria algo tão distante e improvável para a América Latina, ao contrário do imaginário possível de uma guerra nuclear entre os Estados Unidos e a então União Soviética. Assim, vislumbrar a ascensão do comunismo teria muito mais a ver com o sucesso das táticas ensinadas aos discípulos da guerra revolucionária e o seu desconhecimento por parte do Estado e seu aparato de segurança. Não conhecê-la e não estudá-la a fundo seria temerário para a segurança do Continente.

Com a mudança na ilha caribenha, os norte-americanos percebem que seria necessário empreender ações mais eficazes com o objetivo de impedir o avanço comunista na região. Em prefácio de seu livro *A essência da segurança: reflexão de um secretário da defesa dos Estados Unidos*, Robert MacNamara escreve: “(...) a segurança da República não jaz unicamente, nem mesmo primacialmente, na força militar, mas também, igualmente, no desenvolvimento de padrões estáveis de crescimento econômico e político (...)” E complementa: “numa sociedade que se está modernizando, segurança significa desenvolvimento.” (IBRASA, SP, 1968, p. 13 e 173 *apud* GURGEL, 1975, p. 56)

Após sua fundação, a ESG passou a desenvolver uma doutrina que propunha a subordinação política da classe trabalhadora e a firme participação do Brasil na defesa do “mundo ocidental”, sob a hegemonia política dos Estados Unidos. Significa o alinhamento claro do País ao domínio do pensamento norte-americano no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, a posição política do governo e ao ajustamento social, ou seja, o combate ferrenho às

ideologias contrárias à sobrevivência do modo de produção capitalista – defendido pela Escola – como sendo “o meio indispensável ao desenvolvimento econômico e a implementação de uma política de segurança nacional” (OLIVEIRA, 1978, p. 21), bem como aos movimentos sociais comprometidos com a luta por melhores condições de vida e trabalho.

Com a Guerra da Coreia, o comunismo passou a ser visto como o nosso “inimigo interno” que manipulava e potenciava as tensões sociais próprias do estágio de desenvolvimento do Brasil. (Ibid., p. 22).

Ele (o comunismo) agiria através do despreparo e ineficiência de nossa elite política, da ingenuidade de nosso povo, considerado uma “presa fácil” para as ideias vermelhas, bem como nossa fragilidade em permitir a “infiltração comunista”.<sup>2</sup>

Por sua vez, o presidente Juscelino Kubitschek tinha uma visão diferente da maneira de como o Brasil deveria se proteger da ameaça comunista. Segundo ele, a pobreza tinha a capacidade de gerar revoltas e subversões e JK associava a pobreza como sendo a geradora da subversão. Uma ação contra a miséria exigiria uma ação para o desenvolvimento e é com essa perspectiva que o presidente não aceitava tratar o comunismo como sendo caso de polícia, mas sim de subdesenvolvimento, o qual seria combatido com desenvolvimento e políticas econômicas bem sucedidas. Em um de seus discursos o presidente afirmou: “não há maior perigo para o sistema democrático, fundado na liberdade humana, do que a estagnação, o atraso (...)” (apud CARDOSO, 1978, p. 146)

O grupo que se formou em torno da ESG era composto por oficiais com semelhantes visões de desenvolvimento, caracterizado como modernizante-conservador, donde faziam parte empresários que compartilhavam da ideia de que o Brasil, para sair da estagnação e atraso no qual se encontrava, deveria se subordinar ao capital multinacional e associado. Também se

---

<sup>2</sup> Guerra da Coreia - os Comitês Revolucionários criados pelos guerrilheiros antijaponeses reuniram-se em Assembleia na cidade de Seul e proclamaram a República Popular no dia 6 de setembro de 1945, mas dois dias depois tropas dos Estados Unidos desembarcaram e dissolveram os Comitês, enquanto que no Norte manteve-se a República Popular. Em janeiro de 1950 foi declarado que o perímetro defensivo dos Estados Unidos ia das ilhas Aleutas (Alaska) às Filipinas, excluindo a Coreia do Sul. O radical senador norte-americano Mac Arthur passou a insuflar um clima de guerra após conseguir enviar uma esquadra ao estreito de Formosa. Discursos ameaçando invadir o Norte tornaram-se frequentes e a 25 de junho de 1950, os norte-coreanos, como resposta, cruzaram o paralelo 38 e em dois meses o Sul estava quase todo controlado até o desembarque dos *marines* próximo a Seul, obrigando as forças comunistas ao recuo. A ofensiva do general Mac Arthur no dia da chegada do emissário chinês na ONU forçou a China a intervir, empurrando os americanos para o Sul e praticando a política de terra arrasada, o que reduziu a região a escombros. Em meados de junho de 1951, iniciou-se um cessar fogo e negociações que conservaram o paralelo 38.

filiaram ao partido político que mais se identificava com esse modelo de desenvolvimento – a UDN. A modernização conservadora defendida pelos esguianos descartava o diálogo com as classes trabalhadoras, se esse importasse atender às reivindicações de aumentos salariais e de melhores condições de trabalho; descartava-se também, qualquer apreciação de propostas que modificassem as estruturas de acumulação de capital e a manutenção da propriedade privada. Os empresários que compartilhavam as ideias da ESG também viam na hierarquia e disciplina, pilares da profissão militar, sua aplicabilidade no sistema industrial.

## **1.2 O Brasil da Década de 1960**

Ao assumir a presidência da República, Jânio Quadros recebeu um país que enfrentava uma intensa crise econômica, com a inflação corroendo o salário das camadas de trabalhadores do campo e da cidade. A população urbana aumentara consideravelmente, alcançando a taxa de 75% entre os anos de 1952 – 1961, demandando uma produção agrícola superior para abastecer o mercado interno. Sem essa produção, crises de abastecimento tornam-se comuns, gerando inquietações sociais e fazendo crescer os movimentos reivindicatórios. Na realidade, o presidente não soube ou não se interessou em governar. Preocupava-se com questões menores, como por exemplo, a proibição do uso de biquínis pelas mulheres nas praias do Rio de Janeiro quando a urgência maior era a de administrar o País. Os principais postos da economia, Quadros entregou para representantes do capital multinacional como o banqueiro Clemente Mariani, com o Ministério da Fazenda, e o industrial Artur Bernardes Filho para o Ministério de Indústria e Comércio. O quadro de subdesenvolvimento e a contínua desvalorização de nossa moeda favorecia a acumulação de capital nas mãos de poucos, ao mesmo tempo em que fixava em níveis reduzidos os salários das classes trabalhadoras. Com a Instrução 204 da Sumoc, nossa moeda sofreu uma desvalorização de 50 % a chamada “verdade cambial”, “liquidando-se também as taxas múltiplas de câmbio, que haviam sido, desde o segundo governo Vargas, o alicerce da política de industrialização.” (MENDONÇA, 2002, p.248) Ainda no combate à inflação, os subsídios para alguns produtos essenciais foram reduzidos com reflexo direto nos preços do pão e dos transportes públicos. As camadas mais pobres da população era a que mais sofreria as

consequências da política econômica do governo. Era iminente uma crise social diante desse cenário. Em relação ao Congresso, o governo poucos projetos enviava para apreciação dos parlamentares, pois sabia que, com uma maioria parlamentar conservadora, a reforma agrária e a lei antitruste não sairiam do papel. Ao mesmo tempo em que apaziguava a burguesia com medidas econômicas liberalizantes, conquistava a simpatia das esquerdas com uma política externa de aproximação com o bloco socialista, mas cujo objetivo real era o de conquistar novos mercados para nossos produtos agrícolas, conseguindo assim, sair do círculo de comércio restrito ao bloco ocidental comandado pelos Estados Unidos. Enviou seu vice-presidente, João Goulart, à China em uma missão comercial e acenava reatar relações diplomáticas com a então União Soviética. Mas nada era mais grave para a popularidade de Jânio que a alta da inflação e o aumento preocupante do custo de vida, que afetava com maior intensidade os assalariados. Em sete meses de governo, é compreensível que um governo não conseguisse corrigir séculos de estagnação e atraso econômico resultantes de uma política comandada por estruturas antiquadas como as do setor agrário-exportador, as quais sempre relegaram ao segundo plano uma industrialização independente. Mas o fato é que Jânio Quadros preocupou-se com sua imagem política, tinha pressa, pouca paciência e quase nenhuma habilidade para ser presidente da República. Sofreu pressões que todo governante sofre e procurou o caminho da renúncia como resolução mais rápida para seus problemas. Com a saída de Quadros e a aceitação instantânea de um Congresso que não nutria simpatia pelo presidente, instaurou-se a crise política. Os setores conservadores, civis e militares, contrários à posse do vice-presidente João Goulart, começaram suas articulações para impedir que Goulart assumisse e o Brasil enfrentaria também, além da crise econômica, uma batalha legal para que a Constituição fosse obedecida.

A recusa dos conservadores pela pessoa de Goulart era antiga, desde o segundo governo de Getúlio Vargas, quando fora ministro do Trabalho e aproximou-se, na visão das classes dominantes, perigosamente das classes trabalhadoras e sindicalizadas e visto como capaz de insuflar greves. Segundo Caio Navarro de Toledo, na ótica dos militares e dos demais setores civis golpistas, “Jango simboliza tudo aquilo que há de 'negativo' na vida política brasileira: demagogo, subversivo e implacável inimigo da ordem capitalista.” (2004, p. 12) sendo uma imagem construída por muito tempo a qual, naquele momento, representava um real perigo de ter esse personagem como o chefe máximo do Poder Executivo Federal. Os tempos eram de “Guerra Fria” e a tensão gerada pela disputa ideológica entre dois sistemas conflitantes – capitalismo e

socialismo – não toleravam manifestações populares e muito menos grevistas, exacerbando um anticomunismo que no dizer de Toledo, chegava a ser “febril”. A posse de João Goulart foi uma batalha vitoriosa para os trabalhistas e também para os chamados legalistas, pessoas que defendiam a necessidade de se obedecer a Constituição e com ela garantir a posse do vice-presidente. Diante da movimentação dos ministros militares cuja intenção era impedir a posse de Goulart, seu cunhado, o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, iniciou a Campanha da Legalidade, movimento de resistência e de defesa da posse, utilizando-se dos microfones da Rádio Guaíba, em um estúdio montado no porão do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho. Em ondas curtas, os pronunciamentos do governador alcançaram o interior do estado e também outras regiões do Brasil. A população foi mobilizada para que a Constituição fosse observada e o movimento alcançou publicidade. Embora no estado da Guanabara, o governador Carlos Lacerda impedisse a circulação de jornais que trouxessem notícias acerca da resistência organizada no Sul, a campanha ganhou força e o apoio do III Exército, sob o comando do general Machado Lopes, foi decisivo para o fortalecimento do movimento. Diante da divisão de parte do Exército, a solução apaziguadora para a posse de Goulart, após a Campanha da Legalidade, foi adotar o parlamentarismo, aceito pelos três ministros militares como forma de retirar do vice-presidente poderes maiores que teria no sistema presidencialista, pois agora dividiria seu governo com um primeiro-ministro.

A posse foi em 7 de setembro de 1961 e João Goulart governou sob o sistema parlamentarista até janeiro de 1963, quando um plebiscito decidiu que o Brasil voltaria a ser governado apenas pelo presidente da República. O voto dos brasileiros pela volta do presidencialismo foi um recado da população que tinha esperanças de que, somente com Goulart governando, o País conseguiria sair da grave crise econômica que atravessava. Os três gabinetes de primeiros-ministros do governo Goulart não haviam conseguido combater a crise, por questões complexas, como o comprometimento das classes dominantes conservadoras e de direita a um crescimento econômico brasileiro dependente do capital internacional. Por outro lado, Goulart não conseguiu governar e realizar reformas no Estado brasileiro sem o apoio desses setores; porém, sua dependência política dos partidos de direita desagradava às lideranças sindicais que pressionavam por mudanças estruturais, e que não mais aceitariam somente exercer pressão, passando a exigir por elas. Criou-se, então, uma tensão que se refletiu no Governo Federal, tendo como consequência, dadas as condições econômico-sociais do país, o agravamento do clima

político. Assim, os ataques a Goulart e a criação de sua imagem de ser um comunista se tornam cada vez mais intensos.

Em solenidade comemorativa ao Dia do Trabalho, em 1962, Jango discursava em Volta Redonda, quando, pela primeira vez proclamou “ser a reforma agrária um dos requisitos fundamentais para a superação dos entraves à retomada do desenvolvimento econômico.” (MENDONÇA, 2002, p. 276). Esse pronunciamento, segundo a autora, se tornou “um marco no governo João Goulart pois, a partir desse momento, o presidente enfrentaria a “oposição cada vez mais intensa dos setores conservadores e reacionários.” (Ibid, p. 276) A situação é tão delicada que, na visão de Caio Navarro de Toledo, a reforma agrária apenas buscava “responder às necessidades de expansão do capitalismo industrial brasileiro”, ao mesmo tempo que atendia “aos imperativos da preservação da ordem burguesa.” (2004, p. 117) mas se transformara em o estopim para as forças contrárias ao presidente da República começarem a conspirar. Para o autor, as propostas de Jango nada tinham de transformadoras e revolucionárias, como apregoavam aos quatro ventos os críticos do governo. Os verdadeiros motivos da oposição à Goulart residiam em ações de seu governo que prejudicavam diretamente os interesses de empresários associados ao capital multinacional, o qual sofreriam sérias restrições com “uma severa política de controle das remessas de lucros, de pagamentos de *royalties* e de transferências de tecnologia, assim como em legislação antitruste e em negociação para a nacionalização de grandes corporações estrangeiras.” (ALVES, 1985, p. 21)

Paralelamente à crise de governo, costumaram-se nos bastidores civis e militares um desfecho antecipado para o Presidente. Já é de comum acordo que João Goulart não poderia terminar seu mandato, pois segundo o entendimento das classes dominantes, poderia ser tarde demais para evitar o golpe que Goulart preparava para instalar uma “república comuno-sindicalista”.

Como bem sabemos, o conceito de guerra revolucionária já era conhecido dos militares e agora esse temor passava a ser difundido pelos civis na população. O Presidente da UDN, Bilac Pinto, divulgou na imprensa um documento que causou muito alarde no País, o qual afirmava que estava em curso uma guerra revolucionária, em que os comunistas já estavam prestes a tomar o poder. E mais, conforme encontramos em Toledo, este discurso alegava que o governo Goulart insuflava as ocupações de terra, bem como “as greves operárias e de trabalhadores do campo, além de distribuir armas a sindicatos rurais e marítimos”. (2004, p. 92) São acusações que os

jornais divulgavam com frequência e que iam minando a confiança dos leitores no presidente, pois não era somente o governo o atingido, mas a própria pessoa de João Goulart.

### **1.3 O Complexo IPES/IBAD**

O IBAD é fundado em fins de 1959 por Ivan Hasslocher e tem por objetivo “a defesa da democracia”. Na visão de René Dreifuss, este é um propósito um tanto quanto ambíguo. Dentro desse “propósito”, o Instituto trabalha ações para moldar a opinião pública conforme seus interesses, os mesmos das classes dominantes, aliadas ao capitalismo multinacional. Segundo Dreifuss, o IBAD:

Influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular, ajudou a promover alguns líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e organizações de pressão dentro das classes médias. (1981, p. 102)

Muito antes da crise de 1964, o empresário paulista Paulo Ayres Filho, empenhado em combater qualquer possibilidade de avanço do comunismo no Brasil, preocupava-se com a crescente mobilização das classes trabalhadoras – do campo e da cidade - em prol de reivindicações de melhores condições de vida e de trabalho. Com a renúncia de Jânio Quadros e a crise de posse de Goulart, a ideia recebe ânimo para dar início a uma campanha que tem por objetivo conter o desenvolvimento das lutas populares. No Rio de Janeiro, outro grupo também de empresários tratou de recrutar para as fileiras do IPES lideranças que consideravam de fundamental importância para o sucesso da empreitada: os oficiais das Forças Armadas. Afinal, se a batalha era contra o comunismo e a manutenção da ordem e da segurança nacional, os militares também deveriam se envolver. O general Golbery do Couto e Silva tornou-se o oficial de maior influência no braço militar do IPES, sendo também muito respeitado no meio civil do grupo. O IPES do Rio e de São Paulo reunia homens com posturas diversas, mas com três quesitos em comum: o anticomunismo, o interesse pela ampliação das relações do Brasil com o capital multinacional e associado e a crença de que era preciso reformular o Estado para os novos

tempos. Assim, esses empresários visavam “a uma liderança política compatível com sua supremacia econômica e ascendência tecnoburocrática” (DREIFUSS, 1981, p. 163). Entendiam eles que era chegada a hora de o Brasil não ser mais governado apenas pelos políticos. A data oficial de fundação do Instituto foi 29 de novembro de 1961 e seu objetivo oficial era o de “estudar as reformas básicas propostas por João Goulart e a esquerda, sob o ponto de vista de um tecno-empresário liberal”. (Ibid., p. 164). Os empresários integrantes do IPES viam nas Reformas de Base defendidas por Goulart um comunismo disfarçado. Assim, era preciso barrar as reformas e uma intensa campanha anti-governamental teve início, utilizando-se dos variados meios de comunicação: jornais, televisão, cinema (filmes em prol da doutrina democrática), seminários e publicação de livros, os quais alertavam sobre “o perigo da infiltração comunista no País”.

Muitos órgãos da imprensa, intelectuais e autoridades eclesiásticas, como o Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jayme de Barros Câmara, receberam bem o surgimento do IPES, que se expandiu rapidamente pelo País, estando presente em várias capitais brasileiras e até em cidades menores. Embora oficialmente o IPES se identificasse como uma organização apartidária, voltada apenas para objetivos educacionais e cívicos, com estudos sobre a realidade nacional, com o propósito de contribuir para a solução dos problemas brasileiros, sigilosamente desenvolvia atividades de “manipulação de opiniões e guerra ideológica” (Ibid., p. 164), tendo em seus quadros secretos membros da burguesia conspiradora. O pequeno grupo empresarial que fundou o IPES, ainda no governo Juscelino Kubitschek, percebia que, para os seus interesses, não servia um Estado intervencionista além do necessário. Era a visão do Estado mínimo que preponderava na opinião dos liberais conservadores.

Tanto o IPES quanto o IBAD utilizavam-se da mídia audiovisual e da imprensa de todo o País que compartilhava dos mesmos ideais: derrubar a esquerda trabalhista do governo, cujo representante maior era o próprio Presidente da República. Juntos, esses dois institutos passaram de “um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação sofisticada”, bem como o modo pelo qual ela se envolve, “da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado.” (Ibid., p. 161-162). Deriva desta desenvoltura observada na ação dos institutos, a denominação dada por René Dreifuss de complexo político-militar, o IPES/IBAD. Como bem documenta Dreifuss, o IPES conseguiu “estabelecer um sincronizado assalto à opinião pública, através de seu relacionamento especial com os mais importantes jornais, rádios e televisões nacionais (...)” (Ibid., p. 233) Os profissionais desses



veículos da comunicação foram cooptados para o trabalho de fabricar fatos sem fontes ou comprovação, com o único propósito de manipular a opinião pública contra João Goulart.

## 2 HISTÓRIA E IMPRENSA

O que leva um historiador a procurar em jornais de época informações a respeito sobre o período em estudo? O jornal diário desperta o interesse no dia em que sai às ruas, e depois, principalmente no dia seguinte, acaba, como era em outros tempos, “na feira livre para embrulhar bananas”. Eis uma citação que merece ser transcrita aqui em sua íntegra, resultado do estudo de Tania Regina de Luca, “Fontes impressas – História dos, nos e por meio dos periódicos” Luca (2011 apud PINSKY, 2011):

o pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso *dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa.* (Grifos da autora, 2011, p. 140)

Assim, em primeiro lugar, como pesquisadora, fiquei refém do que o jornal *A Razão* decidira publicar naquele instante, mas aceitei as “condições do jogo”. O que “mereceu”, sob a decisão dos editores do jornal, ir para a publicação, foi e estava acabado. Após escolher as edições do jornal *A Razão* como fonte de pesquisa para a monografia, inicialmente com a intenção de prestigiar o acervo existente na cidade, tanto na sede da empresa jornalística, quanto no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, acabei por me juntar ao crescente grupo de pesquisadores que se dedicam, em suas produções de pós-graduações, aos jornais como fontes principais de pesquisa.

O que vem ocorrendo é uma aproximação entre história e imprensa, fundamental para quem contempla, nesta proximidade, uma oportunidade de unir dois universos diferentes. Segundo Mônica Karawejczyk, “uma das 'vantagens' da leitura dos discursos expressos nos jornais parece ser exatamente a que permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época pesquisada (...)”. (2010, p. 134) Não foi outra a minha intenção quando optei por pesquisar as edições do jornal nesta monografia. Meu objetivo era “voltar” para a Santa Maria de 1963 a 1964 e “conhecer” como eram publicadas as notícias referentes ao governo de João Goulart e que, bem sabemos, é a figura principal da campanha conspiratória e difamadora empreendida naquele período pelas classes dominantes do País. Uma campanha bem organizada que se

utilizou da imprensa para destruir a imagem e a administração de Goulart, divulgando diariamente um discurso montado no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, cidades sede dos maiores jornais de influência nacional. O que eles ditavam, no dia seguinte era publicado nos jornais do interior do País, aliados de suas ideias de oposição disfarçadas de “combate ao comunismo”.

Conforme Mônica Karawejczyk, “é válido o uso de fontes jornalísticas para se fazer uma análise histórica, desde que, é claro, não se perca de vista o conceito de representação que elas possuem.” (2010, p. 136) Mas até que ponto o que se escrevia nos jornais seria responsável pela queda de um presidente? As páginas dos jornais serviram para espalhar versões distorcidas do governo de Goulart, sem o cuidado de se confirmar a veracidade das denúncias, demonstrando a falta de uma ética jornalística gigantesca.

A manipulação utilizada nos discursos publicados em *A Razão* é um fato observado pelo historiador atual, mas em 1963, e às vésperas do Golpe de 1964, apenas os simpatizantes do presidente Goulart vislumbravam tal situação. Aos conspiradores e o público em geral, leitor dos jornais oposicionistas, essa distinção não era tão clara. O agravante para a desconfiança com o Presidente era a situação econômica difícil do Brasil, atingindo as camadas baixas e médias da sociedade, as quais viam seus rendimentos serem insuficientes para um sustento digno, enquanto eram constantemente frustradas em suas aspirações de uma vida com mais conforto e prosperidade. O brasileiro da década de 1960 estava fragilizado pela economia que não crescia e, conseqüentemente, com uma renda sempre abaixo da desejável. Por outro lado, o novo presidente assumiu o País mergulhado em uma crescente inflação e constante queda nos investimentos.

As reformas desejadas por Goulart, conhecidas como Reformas de Base (agrária, sindical, bancária, tributária, eleitoral, partidária e constitucional) eram necessárias para combater o atraso no crescimento econômico, mas envolto no contexto da “Guerra Fria”, a época era delicada para a sua implementação. São outros tempos, tempos difíceis pode-se dizer, pois o Brasil necessitava de tais reformas, mas a elite política e conservadora que dominava o Congresso Nacional não admitia abdicar de seus interesses em nome de um interesse maior: o nacional. É mais fácil, e rápido, divulgar à sociedade o entendimento de que tais reformas defendidas pelo presidente eram disfarces no avanço da “comunização do País”.

Para uma melhor compreensão das críticas construídas contra João Goulart com o uso da imprensa, duas figuras do jornalismo da época são importantes para a fundamentação nesse contexto: Assis Chateaubriand e seu império jornalístico a serviço dos golpistas e Carlos Lacerda,

proprietário do *Tribuna da Imprensa*, jornal de oposição antigetulista, o qual não mediu palavras nos ataques proferidos a Jango.

## 2.1 Assis Chateaubriand

Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo nasceu em 4 de outubro de 1892, na cidade de Umbuzeiro, no estado da Paraíba. Aos doze anos emprega-se como vendedor em um armazém de tecidos na cidade de Taquaritinga do Norte para custear seus estudos de alemão e francês. Dedicar-se, também, ao que mais lhe interessa: a leitura. Lê muitos jornais, revistas, ensaios, e romances. O trabalho na armazém é enfadonho, mas Chatô gosta da vizinhança. Em frente ao trabalho localiza-se o *Jornal Pequeno*, e sempre que pode praticamente invade a redação, onde se deixa “hipnotizar pelo trabalho dos repórteres, redatores e, sobretudo, pela mágica dos gráficos catando os tipos de metal para compor, letra por letra, o jornal que ia ser lido por milhares de pessoas.” (MORAIS, 1996, p. 49)

Ali, conclui ser chegada a hora de mudar, sair do armazém e iniciar a profissão que é seu verdadeiro desejo: jornalista. Procura dona Ana Louise Lundgren, matriarca da poderosa família de indústrias têxteis e, segundo alguns dizem, quem realmente manda na imprensa pernambucana, pois são os maiores anunciantes nos jornais. Devido à sua timidez, não consegue dizer realmente que tipo de emprego procura e aceita trabalhar de copeiro. Após observar seu empregado, dona Ana Louise percebe que Chatô tem desenvoltura e pergunta-lhe se deseja trabalhar no setor administrativo de uma de suas indústrias. Foi então que ele revela-lhe seu verdadeiro desejo: ser jornalista. No dia seguinte, é recebido pelo diretor de redação do recém-fundado *Gazeta do Norte* e começa a trabalhar com anúncios e pequenas notícias e, mais tarde, na redação.

Em 27 de julho de 1907, o jornal, com grandes dificuldades financeiras encerra suas atividades. O pai aconselha-o a se preparar para os exames de admissão à faculdade de Direito, sendo aprovado em 1908. Nesse mesmo ano, aceita o emprego de aprendiz de repórter no jornal *O Pernambuco*, enquanto cursa a faculdade. Quando completa dezessete anos, e sofrendo com uma timidez insistente, decide se alistar no Exército, porém, sua aparência franzina o faz ser

recusado pela junta médica, mas Chatô não desiste. Procura ajuda de pessoas influentes e consegue ser aceito. Mesmo sofrendo com a rotina de exercícios físicos, cumpre um ano de serviço militar que, segundo ele, o ensinaria a aprender a obedecer e mandar. Ao deixar o Exército, Chatô é “um exímio praticante de esgrima” (Ibid., p. 59) e sabe mais sobre mandar do que de obedecer.

Em 1910, começa a trabalhar no *Jornal do Recife*, mas permanece pouco tempo. Mais tarde vai para o *Diário de Pernambuco* e também para o *Estado de Pernambuco*. Muda-se para o Rio de Janeiro e concilia as atividades de advogado com a produção de artigos para jornais. Seu sonho maior, no entanto, é ter seu próprio jornal e, aos 32 anos, consegue o dinheiro necessário para a compra de *O Jornal*. Segundo Fernando Morais, começa “a sonhar mais alto ainda: aquele dia seria apenas o primeiro de uma cadeia de diários que ia gerar filhotes por todos os cantos do país. (1996, p. 140) *O Jornal* seria o primeiro de muitos que Chatô iria adquirir para formar o maior conglomerado de imprensa do país na época: os Diários Associados.

Em uma viagem a Minas Gerais, em janeiro de 1963, Chatô é procurado pelo governador José de Magalhães Pinto com o objetivo de “atrair o dono da maior rede de comunicação do país para o embrião de conspiração que começava a se organizar contra o governo Goulart.” (Ibid., p. 637) Semanas depois, ele recebe em sua residência os generais Olympio Mourão Filho e Nelson de Melo que reforçam o pedido para que o dono dos Diários Associados se integre na missão de “conter os desatinos da turba comunista que cerca o presidente”. (Ibid., p. 638) João Calmon, então diretor dos Diários, recebe de Chatô a orientação de colocar à disposição todas as rádios do grupo para transmitir os pronunciamentos da “Cadeia da Democracia”, organizada pelo IBAD. Junto ao IPES, Chatô é representado por Edmundo Monteiro, completando assim a presença do empresário nos dois sistemas conspiratórios. Para Assis Chateaubriand, a imprensa existiria mais para conduzir a política do que dela participar. A influência exercida pelos Diários Associados na opinião pública nacional, durante o período em que Chatô comanda seu império jornalístico, realmente atinge os quatro cantos do País.

Em Santa Maria, o Jornal *A Razão* é incorporado ao grupo de Chateaubriand em 1943. Muitos artigos e editoriais escritos pelos jornais de maior circulação nas capitais do sudeste, como Rio de Janeiro e São Paulo, são publicados na edição local. Após a posse de João Goulart como presidente da República, *A Razão* divulga na cidade o pensamento da imprensa que

conspira contra o Governo sem medir palavras nos ataques a Jango, publicando as calúnias e ofensas escritas por articulistas como Theophilo de Andrade.<sup>3</sup>

Assim, o periódico local se torna o principal porta voz da articulação golpista em Santa Maria e região.

## 2.2 Carlos Lacerda

Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu em 30 de abril de 1914, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo escreve Marina Gusmão de Mendonça, Lacerda “parece ter herdado do avô algumas características de personalidade” (2002, p. 25) o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda. Continua a pesquisadora, o ministro era tido como alguém que se irritava com extrema facilidade, capaz de verdadeiros acessos de raiva e propenso a certa insociabilidade. (Ibid., p. 25)

Ainda menino, Lacerda já tinha suas crises de cólera, comportamento que iria acompanhá-lo por toda a vida. Mas também é na infância que descobre seu talento para a oratória ao ler, com então dez anos de idade. diante de sua turma na escola e surpreendendo a professora, o manifesto do general Isidoro Dias Lopes, por ocasião da revolução de 1924, em São Paulo.<sup>4</sup> Ficou claro para Lacerda “o efeito que era capaz de produzir quando falava em público.” (Mendonça, 2005, p. 30)

Em 1932, ingressa na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e logo trata de se engajar nas atividades do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira. A partir de seu envolvimento na política estudantil, passa a dar mostras de seu “estilo virulento e ofensivo que constituiria a marca de toda a sua carreira política e jornalística.” (idem, p. 34) A Faculdade de Direito Lacerda abandona em 1934, mesmo ano em que já é militante fervoroso da Juventude Comunista, órgão vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Paralelamente às atividades na Juventude, ele se dedica ao jornalismo. Assume, em 1937, o cargo de secretário de redação de *O Jornal*, editado

---

<sup>3</sup> Jornalista dos Diários Associados, declaradamente opositor de João Goulart.

<sup>4</sup> A Revolta de 1924 é o maior conflito bélico de São Paulo até então, mas sem a mesma repercussão da Revolução de 1932. Liderada pelo general Isidoro Dias Lopes, tem por objetivo destituir o Presidente da República, Arthur Bernardes.

pelos *Diários Associados*, império da comunicação de propriedade de Assis Chateaubriand. Ali, começa a romper com a ideologia comunista. Em matéria intitulada “A exposição anticomunista”, Lacerda assume “uma postura ferrenhamente contrária ao Partido e ao Movimento Comunista Internacional” (idem, p. 46), o que lhe rende a expulsão da sigla.

A partir desse episódio, Lacerda passou a odiar os comunistas, se filiando à UDN, quando ela é fundada, em 1945. Em 1947, é eleito vereador pelo Distrito Federal e, em 1949, funda a *Tribuna da Imprensa*, jornal de oposição à política de Getúlio Vargas.<sup>5</sup> Para Lacerda, era preciso destruir a figura do “pai dos pobres” que Vargas construía em torno de si e desnudar ao público o que, segundo a UDN, o presidente é: o chefe de uma quadrilha que assaltava os cofres públicos em benefício próprio.

O objetivo principal de Lacerda, ao atacar Vargas, é o de substituí-lo no imaginário popular, pois está alçando voos altos na política nacional: aspira à presidência da República. Mas o crime da Rua Tonelero<sup>6</sup> e a figura de vítima que Lacerda assume após o episódio não conseguiria destruir a imagem carismática de Vargas junto à população. Após investigações sobre o atentado, por um tempo Lacerda e também a UDN colhem os frutos dos ataques empreendidos contra o Governo Federal.

A pressão sofrida pelo Presidente culmina com seu suicídio, em 25 de agosto de 1954, provocando uma comoção nacional, na qual populares depredam a sede do *Tribuna da Imprensa*, obrigando Lacerda a procurar refúgio. Desde esse momento, o político carrega a culpa pelo suicídio do “pai dos pobres”, quando suas aspirações políticas são prejudicadas, pois jamais alcançará essa parcela significativa do eleitorado. Para completar, passa a ser chamado de *O corvo*, termo pejorativo que recebe por ter participado no processo em que resulta no suicídio de Vargas.

Mesmo assim, Lacerda não desiste de lutar agora, contra os herdeiros do getulismo, e que como veremos neste estudo, o afilhado político de Vargas, João Goulart, será a futura vítima. Em agosto de 1961, a luta de Lacerda contra a posse de Jango chega ao ponto de empreender uma censura completa nos meios de comunicação no estado da Guanabara, impedindo que jornais e

---

<sup>5</sup> Aliás, o antigetulismo é a coerência que Lacerda traz dos seus tempos de PCB.

<sup>6</sup> Na madrugada de 5 de agosto de 1954, Carlos Lacerda e um de seus seguranças, o major da Aeronáutica Rubens Vaz, são atingidos por tiros disparados por um homem que, depois de investigações, se sabe que tem ligação com o chefe da segurança de Getúlio Vargas, Gregório Fortunato. No atentado, Lacerda fica ferido no pé, até hoje um tiro que gera dúvidas sobre se ele não teria feito o próprio disparo, pois foi na planta inferior do pé, enquanto o major é ferido com dois tiros e morre a caminho do hospital.

rádios divulguem as ações de apoio à posse iniciadas pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Depois da posse de Jango, em 7 de setembro de 1961, Lacerda publica na *Tribuna da Imprensa*, em 1º de novembro de 1961, sua defesa na ação das Forças Armadas em tentar impedir a posse do vice-presidente, como transcreve Marina Gusmão de Mendonça:

fiéis ao seu dever constitucional de zelar pela ordem e segurança das instituições e do regime, repetiram os motivos da inconveniência da ascensão do Sr. João Goulart à Presidência da República. Esses motivos são a própria atuação do sr. Goulart no cenário político nacional, como agente da infiltração comunista desde seus tempos de ministro do Trabalho, suas vinculações com o comunismo internacional e até declarações recentes, na China Comunista, de simpatia e apoio às comunas populares. (Ibid., p. 268)

É destruidor o discurso criado em volta da figura de João Goulart quando na Presidência da República. Carlos Lacerda é, entre os políticos, o que mais espalha boatos sobre Jango, a começar pela acusação de ser um comunista, situação que o Presidente sempre negou ser realidade, como de fato o é. Também o acusa de ser um incompetente na administração pública, não merecedor de ocupar o mais alto cargo da nação.<sup>7</sup> Com isso, não mede esforços para derrubar o principal herdeiro getulista do trabalhismo brasileiro.

Muitas décadas após as edições de todos os jornais de oposição a Goulart terem sido publicadas, o trabalho do historiador torna-se uma volta no tempo, em que sua tarefa consistirá em captar “o eco das intensas vibrações sociais que porventura tenham provocado.” (KARAWJCZYK, p. 137) Assim, a manipulação utilizada nos discursos publicados em *A Razão* é um fato observado pelo historiador atual.

### 2.3 A Rede da Democracia

Dando continuidade aos planos de desmoralização do Governo Federal, em outubro de 1963, entra no ar a Rede da Democracia ou também conhecida Cadeia da Democracia. Organizada por João Calmon, executivo dos Diários Associados, ela reúne mais de 100 estações

---

<sup>7</sup> Para Lacerda, “o vice-presidente era um indivíduo completamente desprovido de moral para governar em virtude dos diversos casos de corrupção em que teria estado envolvido no passado.” (Mendonça, p. 268)



de rádio, sendo que a sua transmissão é no mesmo horário do pronunciamento de Leonel Brizola na Rádio Mayrink Veiga.

Utilizando-se do gigantesco poder do rádio como meio de doutrinação do povo, a Cadeia chega às massas pobres e analfabetas da população, sem condições de ler jornais e assistir à televisão. O programa radiofônico consiste em pronunciamentos de personalidades da direita brasileira, desfechando ataques sucessivos ao trabalhismo e à esquerda do País. Em Santa Maria, o programa é transcrito nas edições do jornal *A Razão*. Na edição de 26 de fevereiro de 1964, temos a seguinte propaganda do programa:

A Rede da Democracia é a voz da pátria angustiada, convocando os brasileiros para o trabalho construtor e para a vigilância cívica, em defesa da fé e da liberdade humana. Ninguém permaneça indiferente diante das ameaças e incertezas do momento! Sintonize de segunda à sábado, das vinte e duas horas e trinta minutos, na Rádio Tupi, Jornal do Brasil ou Globo.

Contrapondo-se à programação da Rádio Mayrink Veiga<sup>8</sup>, a Rede da Democracia era a representante do conservadorismo das classes dominantes, do antinacionalismo e também contrária às reformas estruturais propostas por Goulart. Sua principal propaganda era estar sempre atenta ao perigo comunista e disposta a combater o comunismo como ideologia estranha aos princípios do povo brasileiro.

---

<sup>8</sup> Sob o comando da Mayrink Veiga, outras estações de rádio transmitiam a fala de Leonel Brizola em seu Grupo dos Onze, cada célula seria formada por onze companheiros. Grupo nacionalista, defensor das políticas de base de João Goulart, pregava a revolução como forma de o Brasil chegar a um governo mais à esquerda.

### 3 O JORNAL A RAZÃO

Fundado em 9 de outubro de 1934 por Gelio Brinckmann, Flodoardo Martins da Silva e Clarimundo Flores, foi descrito como sendo um “jornal de características modernas, mais dentro da realidade sócio-econômica, política e cultural da cidade (...).” (RIBEIRO, 1993, p. 124)

Logo depois da fundação, Clarimundo Flores torna-se seu único proprietário até 1943. A *Razão* possui ótima apresentação, contendo oito páginas e sucursais no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife. Servindo-se da ferrovia, alcança diversos municípios do Rio Grande do Sul. Em 1941, passa a contar com a radio-telegrafia, o que lhe permite captar os serviços da United Press. Ainda sob a direção de Flores, o jornal mantém “uma posição independente e enérgica” (Ibid., p. 125), mas sofre com a censura durante o Estado Novo, não mais conseguindo se manter. Em 1943, é vendido para o grupo de Assis Chateaubriand.<sup>9</sup>

#### 3.1 Edições Comentadas

Neste item, optou-se por dividir os comentários das publicações selecionadas na pesquisa do jornal por meses e dias.

##### 3.1.1 Outubro de 1963

Dia 5: “Turismo Vermelho” - Aqui se expressava a preocupação quanto à entrada de turistas “cubanos” por São Paulo. Segundo o jornal, os verdadeiros motivos dessas visitas ao

---

<sup>9</sup> Em 1982, o jornal é adquirido pelo jornalista Luizinho de Grandi que, ao lado de sua esposa Maria Zaira de Grandi, constitui a Empresa Jornalística De Grandi Ltda, atuante na cidade até os dias atuais.

Brasil não seria outro além da infiltração comunista no País, coordenada por Fidel Castro. Para o periódico, “o adestramento de sabotadores e combatentes em território cubano está sendo intensificado”, sendo que “a ambição de Fidel Castro já não cabe na Ilha que conquistou traindo ideais jurados’, pois “vários são os países que estão na mira daquele que deixou de ser o herói de Sierra Maestra para se dividir como títere, entre Mao Tse-tung e Nikita Krushev.”

Dia 9: “A Razão e a Força” (Anexo A) - Theophilo de Andrade escreveu para informar o leitor da culpa pela situação grave pela qual a Nação passa naquele momento.

Poderíamos resumir os acontecimentos em duas categorias: às greves e à inflação. Mas quem tem as responsabilidades pelas greves? Algumas organizações ilegais, formadas à margem e por cima do movimento sindical brasileiro que são dominadas – gato e sapato sabem disso – pelos comunistas. São órgãos de oposição? Estão ligadas à oposição política, formada pelos partidos constitucionais, com representação no Congresso Nacional? Não. São entidades formadas e amamentadas no seio do governo, das quais tem sido comensal constante o Presidente da República.

Para o articulista, a culpa pelas greves era da infiltração comunista no Brasil e não das condições de vida e trabalho precárias dos assalariados na década de 1960. Continuava Theophilo: “São elas que têm trazido este País em inquietação constante, fazendo com que uma nação que cresce em população e que precisa de desenvolver-se, tenha perdido milhões de horas de trabalho.” O cronista não poupava argumentos para convencer o leitor de que as greves eram prejudiciais ao País e que todos, grevistas ou não, pagariam pelos prejuízos de uma greve cujo objetivo maior era o de semear a desordem e preparar o terreno para o avanço do comunismo. Também não esquecia de citar o governo, e bem sabemos que o alvo era o presidente João Goulart, como cúmplice nessa suposta “marcha rumo ao comunismo”: “Estas é que são as organizações inimigas da República e do povo, que pregam a revolução todos os dias, que ameaçam céus e terras e que aí estão risonhas e lampeiras porque têm as costas quentes que lhes assegura o governo”.

Em seguida, Theophilo citou a inflação e também apresentava o seu culpado:

De quem a responsabilidade pela inflação? De quem, conseqüentemente, a responsabilidade pela fome do povo? O governo é quem faz a inflação, com suas emissões a jacto de papel-moeda, que se, multiplicam dia a dia, com as crises e com as

greves, provocadas pelo “dispositivo sindical” que tem a sua sede no Palácio do Planalto.

Dia 10: “Deputado sugere ao Presidente da República que renuncie o governo” (Anexo B)  
 - Para os conspiradores, além da acusação de ser um comunista e tramar um golpe em que instalaria uma república comuno-sindicalista, o presidente Goulart também não possuía a competência necessária a um governante para administrar o Brasil. Em sua fala na tribuna da Câmara, quando analisou a “indiferença administrativa governamental do Presidente João Goulart”, Eurípedes Cardoso Menezes<sup>10</sup> pediu:

Renuncie e merecerá a gratidão e aplausos de todos nós.” E o deputado segue em seu discurso atacando diretamente o chefe do Executivo definindo-o como “Culturalmente primário, com um vocabulário básico de 500 a 600 palavras, a semelhança do que ocorreu com seu ilustre cunhado, jamais guindar-se-ia à Suprema Chefia da Nação! João Goulart, porém, não é propriamente o culpado de ser o Presidente da República. Talvez nunca tivesse aspirado ser mais que um vice-presidente perpétuo (...).

Em “Caminho da perdição”, o editorial lembrou mais uma vez seus leitores das companhias comunistas que influenciam o presidente. “Enquanto o Presidente da República não alijar os elementos vermelhos de que está cercado, o País viverá em desassossego.” E finalizou: “É preciso que o chefe da Nação arrepie o caminho da perdição que está teimosamente trilhando.”

Dia 12: “Calmon<sup>11</sup> na TV anuncia para a próxima semana. Cadeia radiofônica a serviço da Democracia com igual veemência e a mesma energia das esquerdas” - Anunciava o deputado João Calmon, através da TV Tupi, que resolve “voltar a atuar com mais frequência através do rádio e da televisão (...) no Estado da Guanabara, para acabar com o monólogo que aí está, para acabar com essa voz isolada, falando todas as noites nessa estação de rádio do Rio a partir das 22:30 (...).” Calmon referia-se aos pronunciamentos de Brizola na Rádio Mayrink Veiga.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Eurípedes Cardoso Menezes era Deputado Federal da UDN pelo Estado da Guanabara.

<sup>11</sup> João de Medeiros Calmon era jornalista e se tornou vice-presidente dos Diários Associados. Em 1962 elegeu-se deputado federal pelo PSD.

<sup>12</sup> A Rádio Mayrink Veiga era uma emissora do Rio de Janeiro que participou da Campanha da Legalidade. Quando o governador gaúcho Leonel Brizola requisitou emissoras de rádio pelo País para transmitirem os pronunciamentos do Palácio do Governo, em defesa da posse do vice João Goulart. A Mayrink aderiu à Campanha.

“Novas críticas violentas na Câmara Federal ao governo de João Goulart” (Anexo C) - As palavras dos críticos de Goulart eram cheias de farpas, como se observa em “Algum demônio atormenta o presidente João Goulart e lhe causa alucinações.” Nesses termos, fala o sr. Oscar Correia, político mineiro da UDN, na tribuna da Câmara Federal. Refere-se o deputado ao pedido de decretação de Estado de Sítio pelo Presidente e a tentativa de efetivar as reformas de base. O deputado finalizou sua fala ao dizer que “o Brasil precisa é de reforma de caráter para vencer a insensibilidade do governo e o descalabro administrativo do regime de peleguismo para que possa combater honestamente o nosso grande mal.”

Dia 13: “À espera do sinal” (Anexo D) - O pedido de Estado de Sítio por parte do Governo Federal foi visto pelos conspiradores como uma manobra de Jango para dar um golpe. Segundo o editorial desse dia:

Se o Congresso concedesse a providência excepcional, ela poderia ser utilizada como arma para destruir os governadores da Guanabara e São Paulo, em primeira etapa, e logo depois com uma pequena manobra, não lhe seria difícil descartar-se dos chefes militares incômodos e substituí-los por outros da grei vermelha, o que lhe facilitaria enormemente chegar à segunda fase do plano maquiavélico, ou seja, o fechamento do Congresso e a realização de um plebiscito sobre a implantação da República Sindicalista.

Dia 15: “Vergonha cívica” (Anexo E) - Não interessava aos editoriais do jornal informar o leitor da verdade sobre a crise brasileira – as causas das agitações sociais, a carestia e o custo de vida difícil para os assalariados. A crise pela qual o País passa é fruto do mau governo:

O que constrange o povo brasileiro é verificar que as crises sucessivas em que têm mergulhado, nos últimos três anos, são artificiais, montadas por elementos que colocam as ambições pessoais e o carreirismo político, acima de qualquer consideração do interesse nacional. (...) Que vimos depois do plebiscito? Apenas o agravamento da inflação, já agora galopante e incontrolável, com o dinheiro jorrando aos borbotões, a cada crise que os comunistas afagados pelo presidente da República que deles se cercou e a quem está entregando a pouco e pouco, os postos-chaves do Estado, não se cansam de provocar, porque isso faz parte do seu processo de desmoralização da economia, da autoridade e das forças vivas do País, como ação preliminar do enfraquecimento da vítima que planejam destruir.” (...) “por isso é que os pelegos, os nacionalistas russos, os comunistas das linhas de Kruchev e Mao Tse-tung, (...) toda a rafaméa vermelha do CGT, do PUA e da UNE, se juntaram para depô-los do governo, objetivo que é aliás uma das obsessões permanentes do sr. João Goulart. (...) É um desprazer afirmar de público que o recuo do estabonado projeto de estado de sítio, diante da evidência da derrota no Congresso, contribuiu para engrandecer o governo. Não é isso que o povo inteiro está dizendo, corrido de vergonha cívica.

Dia 16: “Sabotadores comunistas tentam impedir pregação democrática de João Calmon, em Fortaleza” (Anexo F) - Calmon apresentava-se, em defesa da democracia, na TV Ceará, quando aconteceu um colapso na energia, interrompendo seu pronunciamento. Fortaleza ficou às escuras por cerca de duas horas e, segundo noticia a imprensa, o colapso foi ação de sabotadores comunistas, confirmada pelo presidente da companhia de energia, sr. Josamar Oliveira Leão. As autoridades prometeram investigar a “ação de audaciosos grupos de comunistas que agem livremente em todo o Nordeste e especialmente em Fortaleza, pregando a subversão e tentando impedir a ação esclarecedora das forças democráticas.”

Dia 18: “Os criminosos da legalidade”(Anexo G) - De autoria de Theophilo de Andrade, o editorial voltava a acusar o pedido de Estado de Sítio pelo Presidente como sendo uma tentativa de derrubar os governadores da Guanabara e de São Paulo:

O que se quis foi apenas utilizar um pretexto para pegar a Nação desprevenida e liquidar os dois governadores, que estão a cometer o crime, o gravíssimo crime, de bater-se pela legalidade, e exigir dos poderes federais o cumprimento da lei, das leis, que é a Constituição da República.

Dia 22: “Bumerangue” - Crítica do editorial no que considerava uma intromissão no governo as ameaças feitas pela esquerda diante da possibilidade de demissão do ministro da Educação, Paulo de Tarso.<sup>13</sup>

As esquerdas pretendem fazer uma chantagem com o presidente da República, obrigando-o, sob ameaça de movimentos grevistas, a seguir as diretrizes políticas que elas lhes traçaram, e até a manter em seu Gabinete ministros que não sejam mais da conveniência do governo conservar no posto.

Em seguida, citou-se o ministro Tarso nos seguintes termos: “(...) que se estava servindo do Ministério da Educação para implantar a desordem, a indisciplina universitária, e para distribuir empregos a meninotes de maus costumes, e até a mocinhas comprometidas com a moral, mas que pertenciam à grei vermelha (...).” Para quem vive na década de 1960, referir-se a “meninotes de maus costumes” e “mocinhas comprometidas com a moral” tem sentidos diferentes dos atualmente entendidos pela sociedade, mas já bastavam para prejudicar a imagem

---

<sup>13</sup> Paulo de Tarso pediu demissão em 14 de outubro de 1963 e retoma seu mandato de deputado federal.

do Ministério como um todo, um dos objetivos da conspiração. Atribuía aos comunistas declarações sobre o presidente, menosprezando sua capacidade como governante:

Sempre advertimos o presidente da República do mau conceito em que o tinham os seus inimigos íntimos das esquerdas, falsos correligionários e exploradores contumazes que jamais o pouparam em suas reuniões privadas (...) apresentando-o como um moleirão incapaz, um flácido hesitante, que no governo é apenas um brinquedo dos interesses econômicos do capitalismo, a que está ligado pela sua condição de pecuarista. (...) Se o sr. João Goulart não houvesse dado a mão a essa pandilha sediciosa (...) jamais teriam o CGT, a UNE (...) e o PUA, meros pseudônimos com que se acobertam os comunistas, ousado levantar a voz, e menos ainda desafiar o governo, (...). Porque outra coisa não é senão desafio ao governo a série ininterrupta de greves ilegais com que os comunistas agindo por intermédio daquelas siglas procuram desmoralizar a economia do País (...) dando lá fora a impressão de que o Brasil se encontra à beira da anarquia.” O texto considera as ações do CGT, UNE e PUA atos de traição pois “(...) cresceram animados pela tolerância do Executivo (...) mas agora, quando o bumerangue se volta para feri-lo, com dois piparote, estará em condições de quebrar-lhes os colmilhos. (...) O sr. João Goulart estará conhecendo (...) a qualidade das víboras que os cercam.

Em “La donna é mobile” (Anexo H), Theophilo de Andrade usou mais uma vez de seu discurso áspero contra Goulart na propaganda contínua de destruição do governo federal. Refere-se às Ligas Camponesas como sendo um bando de criminosos, sem levar em conta a vida miserável dos camponeses e os motivos para as revoltas.

Este país está sendo empurrado para um plano inclinado que não pode deixar de preocupar os homens amantes da ordem e da lei. Aí estão as ligas camponesas a assaltar engenhos e fazendas, não somente no Nordeste – onde a coisa já tem caráter por assim dizer oficial – mas aqui mesmo, na proximidade de nossa cidade, em terra do Estado do Rio. (...) esses bandos agem às escancaras e sem cerimônia, porque, todos os dias, são excitados à ação pela estação de rádio do sr. Leonel Brizola.<sup>14</sup>

Dia 23: “União do povo cristão do país contra o perigo do comunismo” (Anexo I) - A pregação do “perigo vermelho” era intensa nos jornais. O editorial desse dia confirmava que “Do norte ao Sul do Brasil, todos sentem e muitos não param de dizer e advertir” e complementa “alerta brasileiros porque a máquina da subversão universal está em marcha acelerada, rumo à escravização de mais um povo livre e soberano.” Fez-se o seguinte apelo: “A triste realidade nacional só comporta uma atitude: Apelar e convencer todos os brasileiros para que se unam e mobilizem em defesa da Pátria gravemente ameaçada pelos inimigos de Deus e da democracia.”

---

<sup>14</sup> Theophilo referia-se à Rádio Mayrink Veiga.

Como país católico, o apelo em nome de Deus e o que significaria para o Brasil se tornar um país comunista, objetivava atingir em cheio os temores das famílias e lares Brasil a fora.

Theophilo de Andrade publica nesta mesma edição, “Os incondicionais do poder” (Anexo J). Dá continuidade às suas críticas diretas a João Goulart, sem meias palavras.

Todos os presidentes da República tiveram os Ministérios para governar. O sr. João Goulart inverte as coisas e faz exatamente o contrário, governa para ter Ministérios.” Conclui o autor da crítica que cada uma das Pastas “há de ter tido mais ministros durante o período João Goulart do que em toda a vida da República.(...) Quando o Ministro vem, traça um plano de administração, nem sempre adequado, mas cheio dos slogans do sr. Goulart, as famosas 'reformas de base' (...) Mal começa a trabalhar, porém, quebra o nariz vítima do divertimento predileto do sr. João Goulart. (...) Para o presidente, governar é nomear. E desse seu gosto sibarita, de distribuir benesse, à custa do Tesouro público, estão a servir-se habilmente, os comunistas e comunistóides, que cercam o Palácio do Planalto.

Finalizava o texto lembrando que, se o comunismo vencesse no Brasil, o PSD ficaria sem nenhum ministério no governo de Goulart:

O PSD é o partido dos incondicionais do poder. Mas são tão incondicionais que por isso mesmo, vão ficar sem o poder, sem qualquer parcela de poder, se na próxima reforma ministerial os vermelhos, conseguirem pôr a mão em cima dos canhões e das metralhadoras, pela entrega do Ministério da Guerra a algum general do povo.

### 3.1.2 Novembro de 1963

Dia 2: sob o título “A voz da liberdade”, texto de capa, autor anônimo, elogiava-se o trabalho em prol da democracia, destacando-se o índice alcançado pelas transmissões da Rede da Democracia, demonstrando o interesse que o povo manifesta em ouvir a defesa dos ideais democráticos “contrastando com o monólogo personalista e subversivo” que assalta “os lares brasileiros.”

O jornal publicou nota em que o deputado Herbert Levy (UDN/SP) culpava o governo de ser o responsável pela inflação alta no momento, também em parte pela escolha do Presidente da República em nomear “homens sem verniz” para compor seu ministério.



Dia 20: “Dever de Vigília” - O editorial falava da convocação extraordinária do Congresso, feita pelo senador Auro de Moura Andrade, a partir de 16 de dezembro, sob o exposto fundamento de “assegurar a vigilância democrática”. A convocação teria irritado o Presidente da República e somente seria válida se, na pauta, estivesse também a apreciação das “reformas de base”.

Dia 21: “Bloqueio da Aliança”- A imprensa americana afirmava que o fracasso da Aliança para o Progresso seria dos governos do Brasil e da Argentina. Os Estados Unidos também teriam contribuído para o fracasso devido a sua morosa burocracia. Acusava-se de que, correntes políticas interessadas na manutenção do caos econômico dominante, os falsos nacionalistas e os comunistas que não enxergavam na ajuda norte-americana uma América Latina que pudesse emergir da miséria, “construindo uma sociedade amparada pela justiça social e dignificada pela estabilidade de suas instituições democráticas”, o que frustraria os planos de domínios de Moscou e de Havana, cujos orientadores rodeavam o governo brasileiro.

Dia 27: “Destino Negro” - Crítica à entrevista do Presidente concedida à revista *Manchete* por defender que, somente as reformas de base<sup>15</sup> poderiam tirar o País da situação catastrófica em que se encontra. Para o editorial, as reformas não seriam uma solução, pois “elas são frutos de assessores extremistas do governo, como Darcy Ribeiro e o general Assis Brasil, conhecidos teóricos do socialismo internacional.” O Presidente era identificado como um homem de coração sem desconfianças, ao mesmo tempo em que era uma pessoa de “absoluta incapacidade para enfrentar os problemas”, os quais “dependem de sua competência administrativa”, sendo que “está há dois anos de governo e o resultado de nossa economia estar nessa situação é consequência de sua ação negativa ou de sua omissão.” O mesmo editorial acusava o Presidente de defender reformas “sem jamais as ter definido”, repetindo-as como um autômato.” Aqui está o conservadorismo da elite política e econômica brasileira que, no momento, não permitia mudanças na situação confortável que desfrutava há tempos, resultado do lucro da exploração do

---

<sup>15</sup> As Reformas de Base eram um conjunto de mudanças estruturais de governo, em diversos setores: educacional, tributário, administrativo e agrário. Nesse setor, o ponto mais delicado era a reforma agrária e uma possível mudança na estrutura agrária do País, fortemente concentrada no latifúndio. No aspecto tributário, a procura de um controle mais efetivo sobre a remessa de lucros auferidos no Brasil e enviados para as matrizes das multinacionais no exterior, pouco sendo aplicado no território onde eram produzidos.

trabalho assalariado. As Reformas de Base, como veríamos mais tarde, jamais seriam efetivadas na íntegra como idealizara João Goulart.

Há também um texto de Theophilo de Andrade, “O semeador de greves”, no qual considerava que a maioria das greves no País tinham inclinação política, algumas por questões salariais, as quais serviriam apenas para mascarar a agitação que toma conta do País. O autor escondia as reivindicações sociais importantes para o trabalhador e insistia na tese de que ao Presidente somente interessaria, com o apoio da ilegal do Comando geral dos Trabalhadores (CGT), semear greves pelo País.

### 3.1.3 Dezembro de 1963

Dia 5: *O Globo* publicou, em 4 de dezembro, entrevista à *Associated Press*, de Júlio Mesquita Filho (o diretor de *O Estado de São Paulo*) nos Estados Unidos, “Jornalista brasileiro afirma nos EE.UU. Que comunistas ameaçam o governo do Brasil”, na qual afirmou: “O Estados Unidos não devem permitir que haja uma 'Segunda Cuba' neste hemisfério”. Mesquita qualificava o Presidente como elemento da ditadura de Vargas, com o intuito de criar uma república Sindicalista e transformar-se em seu ditador.

Dia 5: “Democratas devem se unir na luta contra o comunismo” - Deputado João Mendes afirmou que se o governo quisesse a reforma agrária já teria sido feita. A solução para ele seria a cessão das terras públicas aos agricultores desassistidos em lugar de continuar com as explorações demagógicas.

Dia 10: “Pelado” - Neste texto tratou-se da possibilidade de o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, de ocupar um posto no governo Goulart. Seria mais um dos comunistas que o presidente colocaria em Brasília. O primeiro teria sido o ministro Celso Furtado que, com seu plano trienal, constituía em uma “subversão lenineana-marxista”.

Em “Indústria”, destaca-se a facilidade com que o jornal rebatia as afirmações do Presidente, ao afirmar que no País havia “uma indústria do comunismo” que servia “para toda

espécie de agitações”. Em seguida, a nota, sem autoria, ironiza: “O presidente queria referir-se na certa à indústria do anticomunismo (...).”

Dia 14: “Todos a postos” - O editorial utiliza uma linguagem dramática, conforme o trecho:

(...) o momento histórico que atravessamos caracteriza-se pelas mais mortíferas e traiçoeiras arremetidas dos comunistas contra os alicerces do regime imperante (...). Os indícios são de que há, efetivamente, uma trama vermelha em marcha (...) da instalação de uma republiqueta sindicalista, obediente às instruções diretas de Moscou.

Em “Missão das Forças Armadas”, Theophilo de Andrade escreveu texto publicado no Rio de Janeiro e editado na capa do jornal local em que manifesta preocupação com a escolha do almirante Cândido Aragão para o comando dos Fuzileiros Navais. Acusa João Goulart de se cercar de militares opostos ao caráter daqueles que o fizeram “apagar do Ministério do Trabalho” no governo de Getúlio Vargas. A inflação descontrolada tenta justificar os ataques da imprensa ao Presidente:

O sr. João Goulart é um homem, infelizmente, mal preparado para a função que o destino lhe colocou nas mãos. Mas poderia compensar suas deficiências se não tivesse a obsessão de criar um regime sindicalista, que seria a reprodução, no Brasil, com atraso de vinte anos do peronismo argentino.

Para o jornal do Rio, a solução seria simples: “cumprir a Constituição e respeitar a ordem estabelecida.” O autor não poupou adjetivos para desgastar a imagem de Jango e continua: “Desgraçadamente falta-lhe a tolerância que era característica de Getúlio Vargas – um homem indiscutível do ponto de vista político mas que ostentava a fibra e a dignidade de um estadista.”

Dia 18: “Inflação viaja a jato no País que assistiu a 140 greves no ano de 1963” - Em discurso na Câmara, Flores Soares (UDN/RS) sentenciou:

Não temos tranquilidade. As greves explodem por toda parte (...)” O salário é insuficiente para enfrentar as necessidades mais imperiosas. É o processo espoliativo da inflação somado à desordem liderada pelos comunistas e pelos anarquistas. O maior culpado de tudo que está acontecendo no Brasil é o sr. João Goulart. Nós estaremos cada dia mais vigilantes.

Dia 20: “Arco e flecha” - O editorial elogiou o pronunciamento do governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, que afirmou: “(...) chegou a hora de salvar as instituições brasileiras e o futuro de nossos próprios filhos, evitando a solapação da democracia e instalação de uma ditadura terrorista (...)”

Na Rede da Democracia, manchetes como “Aceitar o comunismo é adotar o ódio a todos os deuses” tinham como propósito espalhar o medo ao leitor dos “perigos do comunismo” para uma sociedade cristã como a brasileira. O professor Jorge Boaventura, citado no artigo, identifica a “adesão ao comunismo como o repúdio literal e direto a quaisquer formas de religião e com a bestialização do homem.”

O jornal também publicou a impressão entre os círculos econômicos sobre a decretação do monopólio estatal das importações de petróleo. A mesma era de apreensão, pois esse seria o primeiro passo de um processo que resultaria em uma encampação futura das refinarias particulares, projeto das forças esquerdistas. Decretar o monopólio era considerada uma vitória das forças de esquerda.

Dia 24: “Falta de palavra” - Ao ser interpelado por jornalistas em Porto Alegre, o Presidente disse:

A reforma ministerial virá, não porque ele o queira, mas porque o povo está a exigí-la. Existe, na manifestação presidencial um flagrante atentado à verdade, porque não se verifica rigorosamente qualquer indício de que o povo esteja ansioso por uma reforma ministerial. O que o povo de fato condena, com sinais veementes de inquietação, são os rumos que o governo está imprimindo ao País (...).

Em “O ministério pangaré”, o leitor ficou a par da posição da imprensa diante do “simples lançamento da candidatura do sr. Leonel Brizola ao Ministério da Fazenda constitui um acinte”, complementando:

A facilidade com que, de 3 em 3 meses, entende o sr. João Goulart de substituir o gabinete revela sua instabilidade e o seu total despreparo para o cargo que a renúncia do louco da Vila Maria<sup>16</sup> lhe pôs nas mãos. (...) O Brasil está marchando para se transformar em uma estância, a estância pangaré do sr. Leonel Brizola. Afinal de contas,

---

<sup>16</sup> O “louco da Vila Maria” é uma referência ao ex-presidente Jânio Quadros.

de que serve o sacrifício do exercício do poder por cima do Congresso e com o apoio das Forças Armadas?

Dia 26: Assis Chateaubriand escreve em “Vigílias cívicas sonolentas” sua contribuição para a conspiração. “Nunca se encontrou a nação, como neste momento, sob o impacto de variedade de atos do governo, cada qual mais desastroso, do ponto de vista do interesse nacional.” Referia-se Chatô à ideia de Goulart em estatizar companhias de serviços públicos sob a alegação de que prestariam serviços de má qualidade ao consumidor. Tudo isso diante de um “Congresso supostamente democrático, aberto e em vigília cívica.” Por fim, afirma: “Marcha-se para o estatismo totalitário.”

Dia 27: “Infiltração” - Considerada leviana a afirmação do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, de que os fracassos ministeriais são “a prova da incapacidade das forças conservadoras para formular, adequadamente, os problemas brasileiros.” É perguntado: “Será que no entendimento do governador (...) um Ministério deve ser formado à base de homens como o sr. Paulo de Tarso, que no curto período de sua gestão quase destruiu o Ministério da Educação (...)?” Para o jornal, “esse é o gabarito para o sr. Miguel Arraes, pode-se afirmar, sem receio de erro que o Brasil só continua de pé por causa da infiltração conservadora no Governo.” Assim, para os propósitos golpistas dos conspiradores, Miguel Arraes era pertencente às esquerdas e suas manifestações nunca foram bem vistas pelos jornais da conspiração. Não seria diferente nas páginas de *A Razão*.

Neste mesmo dia, publica-se “PRP (no Natal) apela a Jango para que puna os Comandos Nacionalistas” – É um telegrama enviado ao Presidente da República no qual destacamos o seguinte trecho:

Violento telegrama enviou ontem o PRP ao presidente João Goulart.” Eis um trecho: “Por ocasião das comemorações da festa magna da Cristandade, sente-se que nunca, no Brasil, os agentes do anti-cristo, da anti-pátria e da anti-nação agitam tão livre e atrevidamente inclusive junto à V.Excia. (...) Tome V. Excia afinal uma atitude (...) pois afirmamos V. Excia que os agentes da subversão jamais conseguirão abalar os alicerces desta grande Nação.

Dia 28: Em “Brizola ou Gordon”, Theophilo de Andrade acusou o governo de João Goulart de “podridão moral” por permitir ataques à figura do embaixador dos Estados Unidos,

Lincoln Gordon. Disse que os comunistas eram contrários ao desenvolvimento econômico do Brasil, o que seria possível a partir da intermediação de um notável economista de Harvard, como era Gordon, conhecedor da realidade brasileira. Sem desenvolvimento, o Brasil seria assolado pela miséria e o atraso, tornando-se presa fácil para o imperialismo soviético e chinês.

#### 3.1.4 Janeiro de 1964

Dia 5: “Famílias santamarienses querem emissoras do Rio Grande do Sul na Rede da Democracia.” – Trata-se de uma referência aos moradores do Bairro Nossa Senhora das Dores, os quais enviam telegrama a três rádios de Porto Alegre solicitando-lhes a adesão na Rede: rádios Guaíba, Farrroupilha e Difusora. Segundo o jornal, a justificativa explicava-se no seguinte apelo: “Porque é impossível continuarmos indiferentes ou acovardados em face das impatrióticas e crescentes ameaças às instituições e às nossas liberdades democráticas.”

Dia 9: em editorial, o jornal divulgava crítica contra a posição de apoio do chanceler Araújo de Castro à Cuba na Organização dos Estados Americanos (OEA). Em função da declaração de Fidel Castro que teria reiterado que nada afastaria Cuba dos princípios do marxismo-leninismo. Segundo o editorial, “só isto bastaria para que o Brasil se desinteressasse pela sorte de Cuba, por fidelidade aos princípios cristãos e democráticos que estão arraigados na consciência da esmagadora maioria de seu povo.”

Dia 17: falando na Rede da Democracia, o general Porfírio Braga “prega uma mobilização efetiva, concreta, obstinada e viril contra a maré comunista.” Ele pergunta: “Quem orienta os destinos do país?” Ele mesmo responde: “Um clã de desajustados, oportunistas, incompetentes de mais vil e ignóbil malta de criminosos.” Na sequência, uma nova pergunta: “Quem inspira as decisões governamentais?” Eis a resposta do general: “O que há de pior na vida pública brasileira, os traidores comunistas, a camarilha sinistra que aprofunda as instilações da má-fé, a estupidez, o egoísmo, o vício, o crime enfim.” No final de sua fala conclui:

Onde estão os ministros militares supostos guardiões do regime democrático? A omissão governamental (...) leva-nos à suspeita de convivência. Percebe-se a intenção de certos setores do governo em implantar uma república comuno-sindicalista no país. Achincalha-se o Presidente da República.

É nesse tom que os opositores a Goulart falavam nos microfones da Rede da Democracia e influenciavam a opinião dos ouvintes nos quatro cantos do País.

Também na edição desse dia, o ex-presidente Juscelino Kubistchek declarava que a solução para a infiltração comunista no Brasil era resolver efetivamente os graves problemas sociais que atingiam o povo, resultado de uma economia que não consegue debelar a inflação. Disse ele ainda:

Só há um meio eficaz de fazer frente aos comunistas na ordem democrática. É dar soluções aos problemas que criam as condições para a sua penetração e expansão. O temor do comunismo corresponde assim a uma confissão de fracasso por parte dos homens responsáveis pela democracia.(...) Sou a favor das reformas como solução de ordem social. Só assim teremos resguardado a ordem e a paz da família brasileira.

Dia 19: o deputado João Calmon em sua fala na Rede da Democracia denuncia que a culpa pelo atraso nas reformas necessárias ao País não é do Congresso, mas do próprio governo. Segundo ele:

Se as reformas não forem aprovadas pelo Congresso, em 1964, não é porque haja intenção de impedi-las, desde que em moldes democráticos, mas sim porque esse governo atual não nos inspira confiança. (...) Se os comunistas estão realmente dispostos a apelar para a técnica de guerrilhas, estaremos dispostos a fazer o mesmo.

Vejamos que, no entendimento de Calmon, as reformas podiam acontecer, mas desde que o Congresso entendesse que era preciso seguir os moldes democráticos. Que moldes seriam esses?

Na mesma edição, é divulgada uma mensagem de Carlos Lacerda a Adhemar de Barros, sobre a existência de um possível plano de intervenção nos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Diz a nota:

(...) venho comunicar-lhe que a situação na Guanabara criada pelos comunistas como primeira fase da guerra revolucionária se agrava de momento a momento. (...) Tudo indica estar em andamento o plano de intervenção de fato na Guanabara para estender-se depois a São Paulo numa produção ao adotado golpe comunista realizado na Tchecoslováquia.

O temor criado com uma possível guerra revolucionária em curso e sua possível vitória no Brasil foi explorado ao máximo pelos golpistas, tanto nos meios militares quanto entre os civis.

Continuando com a fábrica de boatos, o jornal publicou a seguinte manchete: “João Goulart esteve para dar o 'golpe’”. O Presidente chegou a cogitar a ideia de enviar um pedido de estado de sítio ao Congresso. Diante disso, os conspiradores aproveitaram a oportunidade para fabricar mais um boato. O jornal explicava nos seguintes termos a sua manchete: “(...) segundo o planejamento de sua assessoria político-militar do sr. João Goulart, o golpe deveria vir da maneira mais discreta, tanto quanto possível formalmente dentro da Constituição.. (...) seria a decretação do Estado de Sítio.”

Dia 21: a edição trazia uma nota de autoria do líder da UDN na Câmara dos Deputados, Bilac Pinto, em que o mesmo reafirmava que o Governo Federal tramou “o golpe e a intervenção na Guanabara”, mas que só teria recuado “ante a exigência de um grupo de oficiais superiores das Forças Armadas para que o ministro da guerra fizesse cessar a onda grevista no Rio.” Afirmava mais: que essa não seria a primeira tentativa de golpe, pois pelo cálculo do deputado, desde que tomou posse, essa seria a quinta tentativa do presidente de “golpear as instituições, sendo contido pela ação legalista das Forças Armadas.” Nesse momento, Goulart responde a Bilac Pinto declarando que o deputado precisa provar ser o presidente o culpado pela onda de greves na Guanabara. O vice-líder da UDN, o deputado Rodolfo de Oliveira completou: “Ninguém é contra as reformas, mas não podem ser feitas pelo sr. João Goulart nem com ele na presidência, pois se trata de um simples politiquero e incapaz.”

Dia 22: em uma das falas do programa radiofônico da Rede da Democracia, o jornal transcreveu o seguinte relato com o objetivo de depreciar os avanços do método Paulo Freire de Alfabetização:



Diálogo entre a professora e a classe: - Vocês sabem o que é uma lombriga? Sim, respondiam todos. - Vocês precisam se defender da lombriga. Sabem qual a causa da lombriga? E a classe em peso: o latifúndio e os latifundiários cariocas. Continua a sra. Sandra Cavalcanti, secretária de Serviços Sociais da Guanabara: - Até que ponto está sendo levado este povo espoliado, enganado miseravelmente por estes mistificadores treinados com o dinheiro do povo através do Ministério da Educação e do ódio às instituições.

Nossa História é muito bem servida de exemplos de como a riqueza agrícola desse país foi construída: sobre o trabalho explorado e mal pago dos lavradores com suas enxadas e colocando até seus filhos menores na colheita, para, ao final de tudo, receberem um pouco mais que nada como pagamento, proliferando assim a dependência sem fim do trabalhador rural junto ao latifundiário. Assim, o discurso das classes dominantes procurava distorcer a realidade. Referindo-se a um método inovador como o desenvolvido pelo educador Paulo Freire, procurava ludibriar o camponês de que o mesmo estava sendo um brinquedo nas mãos dos comunistas. Contudo, a realidade bem demonstrou aos trabalhadores de baixa renda, dos campos e das cidades, de que boa parte de sua situação de miserabilidade era fruto da exploração de seu trabalho pelas classes proprietárias.

Dia 22: “Crises forjadas” - O pagamento do 13º terceiro salário não foi feito para todos os funcionários públicos. Com a greve dos marítimos, o governo cedeu e o pagamento foi efetuado. Isso abriu um precedente, pois os previdenciários, os portuários e os motoristas do serviço público prepararam-se para suas greves. O jornal divulgou a seguinte notícia: “Parece ter havido o propósito das autoridades federais de encorajarem a eclosão de novas greves. Não se pode deixar de vislumbrar a intenção de conturbar a vida do país, fomentando divergências entre as classes (...)” O discurso dos conspiradores sempre procurava dirigir o leitor para acreditar que o governo Goulart incitava as greves com o objetivo de tumultuar a vida do País e com isso facilitar o “golpe comuno-sindicalista”.

Dia 23: os pronunciamentos dos conspiradores na Rede da Democracia seguiam intensos. A manchete afirma que “João Goulart comanda subversão e conduz demagogicamente o problema da reforma agrária em nosso país.” O deputado da UDN do Rio Grande do Sul, Flores Soares declarou na Rede:

Quero afirmar sob a responsabilidade do meu mandato estribado na verdade dos fatos, que aí estão claros, evidentes, aos olhos de todos, que o chefe da subversão neste país, que o líder, o campeão da subversão neste país, o homem que quer fazer-se ditador neste país, é o sr. João Belchior Marques Goulart.

Aos ouvintes assíduos da Rede, um discurso inflamado como esse tinha um efeito destruidor para o governo, fragilizando ainda mais a situação do Presidente diante da opinião pública. Mesmo que poucas pessoas ouvissem o programa na cidade, nas rodas de amigos os comentários do programa da noite anterior, cumpririam com a tarefa de espalhar os boatos que tantos estragos já faziam na imagem do governo de Jango.

Dia 24: o General Porfírio Braga Brandão falou na Rede da Democracia, e no dia seguinte o jornal publicava a seguinte nota: “General prega uma mobilização efetiva, concreta, obstinada e viril contra a maré comunista.” Aqui vemos um alto oficial do Exército publicamente exortar os ouvintes a não ficarem inertes diante do propalado avanço comunista no Brasil.

### 3.1.5 Fevereiro de 1964

Dia 18: em destacado editorial intitulado “Afronta a Caxias”, o jornal noticiou o comício marcado para o dia 6 de março, no Rio de Janeiro, segundo os editores, “promovido pelos comunistas da Frente Ampla Popular em que o orador mais importante será o próprio presidente da República.” O texto fez uma advertência às Forças Armadas afirmando: “Saibam os militares que forem destacados para garantir esse comício que estarão contribuindo para a derrocada da unidade nacional que o presidente da República jurou garantir.” Seguiu o editorial referindo-se ao presidente nos seguintes dizeres:

O presidente da República prometeu, em discurso de praça pública, no Recife, num surto de eloquência ao mesmo tempo demagógica e incitadora, que desceria às ruas para conduzir o povo à rebelião contra o Congresso, se esse, anulando-se e perdendo o sentido de sua dignidade e de sua própria sobrevivência política, não se acocorasse para lhe dar as enfumaçadas reformas de base que não passam de uma trama bem urdida para aniquilar o PSD...

O editorial denunciava ainda o plano do Governo Federal em dividir o Brasil em duas partes, Norte e Sul, porque “é o meio que lhes parece mais fácil e rápido de dar à União Soviética uma formidável cabeça de ponte dentro do território continental da América.” O termo cabeça de ponte pode ser aqui entendido como um instrumento poderoso que a União Soviética teria para sua infiltração nas Américas, bem como a possibilidade de instalar bases militares com mísseis direcionados aos Estados Unidos, em caso de um confronto bélico. Adiante, o editorial seguiu com a disseminação da ideia de que os militares estariam inertes diante do “perigo comunista” ao escrever que “bandoleiros políticos e salteadores da bela aventura pensem nisso e queiram realizar os seus planos, ainda é compreensível”, mas é “intolerável que procurem amparar-se nas Forças Armadas para ajudá-los a destruir a unidade nacional.”

Em editorial de 25 de fevereiro, o leitor foi informado da visita de Luiz Carlos Prestes ao primeiro ministro Nikita Kruchev e abordou a ideia de uma base de mísseis em caso de vitória do comunismo no Brasil. Ao final do editorial, o periódico publicava que Prestes teria afirmado que:

Brasil está amadurecido para se transformar num satélite da Rússia e que o comunismo já se encontra de fato no governo, só lhe faltando efetivamente o poder. O que importa a Kruchev não é que Prestes ou qualquer outro dos seus agentes, inscritos na lista de pagamentos do Kremlin, assumam ou não o poder no Brasil. A sua preocupação é que os seus homens se desloquem para o nosso País e o ocupem tal como acontece presentemente em Cuba. O interesse da Rússia é por o pé no continente americano para instalar bases militares, em condições menos precárias do que as que conseguiu na ilha do Caribe demasiado perto dos Estados Unidos, para ser defendida com alguma possibilidade de êxito.

Dia 20: “Parlamentares criticam Jango pelos sucessivos adiamentos do salário mínimo: 'guerra revolucionária’” - Esta manchete acusava o processo de guerra revolucionária em curso no País. O texto trazia o pronunciamento do deputado federal Herbert Levy de que: “a agitação em torno do salário mínimo com seus sucessivos adiamentos em sua decretação fazem parte da 'guerra revolucionária' em curso no país”, pois o objetivo de João Goulart, segundo Herbert Levy, “seria o de tornar cada vez mais a vida difícil, para que o povo desesperado aceitasse qualquer solução.”

Como vemos, a campanha foi intensa, sem descanso, pois qualquer que fosse a solução do governo para o salário mínimo, para os críticos conspiradores não seria a melhor. Se o salário ainda fosse insuficiente para as despesas básicas da classe trabalhadora, o presidente seria criticado. Se, no entanto, o aumento fosse expressivo, onerando os empregadores, o presidente

também seria criticado. Em edição de 29 de fevereiro, o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, criticava o valor do novo salário mínimo, segundo o governador, o qual, “ao invés de beneficiar o povo, age contra seus interesses”, pois o “novo salário sempre compra menos mercadorias do que o salário anterior.” Parece-nos que a Goulart, não havia saída. A pressão era sem tréguas.

Os ataques ao Presidente envolviam também outras pessoas, como o deputado Leonel Brizola. O deputado Bilac Pinto, então presidente nacional da UDN, no mesmo texto acusa o governo de alimentar “a impunidade que cerca as investidas do deputado Leonel Brizola contra ele”, pois “o cunhado do presidente usa abertamente a Rádio Mayrink Veiga para suas pregações de caráter revolucionário.” Em contrapartida, “o chefe da Nação inconsciente ou conscientemente está favorecendo a propaganda da 'guerra revolucionária’”, em uma incrível habilidade dos conspiradores de inverter os fatos, *de como eles eram para como precisavam ser*, pois para Bilac Pinto e Herbert Levy, parecia lícito acusar o presidente de comunista, enquanto que, para os defensores de Jango, toda palavra proferida em defesa do Presidente era parte do processo da “guerra revolucionária”. Assim, em nome dela, foram construídos os ataques ao Presidente, ininterruptamente. O Brasil, à sua maneira, vivia intensamente o contexto da “Guerra Fria”.

Dia 21: em “O aprendiz e o mestre”, criticava-se a presença do professor San Tiago Dantas na rádio e na televisão para defender o Presidente das acusações de “estar conspirando contra as instituições, inclusive armando os sindicatos que ele considera o seu 'V exército'.” Dizia a notícia de que o professor não se saiu bem na defesa, pois “a opinião pública está convencida de que o governo não possui elementos para destruir as acusações que têm sido formuladas” no sentido de que no Planalto “se desenvolve uma monstruosa conspiração para privar o povo brasileiro de suas liberdades democráticas.” Assim, na batalha pela destruição da imagem do Presidente, o uso de notícias fantasiosas pela imprensa objetivava conduzir a opinião pública para aceitar o fim antecipado do governo de Jango.

Dia 22: mais uma transcrição no jornal de pronunciamentos na Rede da Democracia. Desta vez, o deputado pela Guanabara, Mac Dowell Leite de Castro, vice-líder da UDN no estado, fazia defesa da propriedade privada, do lucro legítimo, afirmando que “a economia privada é o sustentáculo da coletividade”, enquanto que para os comunistas a técnica era apontá-la como “o imperialismo do poder econômico procurando coagir os que têm sobre os ombros a

responsabilidade de criar riquezas para o país.” Nesta fala, o deputado deixava transparecer sua visão capitalista, donde somente as classes empreendedoras seriam as responsáveis pela produção das riquezas nacionais, deixando de lado os trabalhadores urbanos e rurais, os cumpridores das atividades laborais e mal remuneradas pelos empregadores. Seguiu o deputado, não poupando palavras ao falar, nos microfones da rádio:

O comunismo – frisou – não passa hoje de uma organização política de burocratas, todos produzindo para o Estado, sendo proibida a liberdade e só se reconhecendo a forças, inexistindo o pátrio poder. Nega-se ao pai dar educação ao filho por que ele é do Estado.

Tratava o deputado de disseminar aqui um dos mitos do comunismo na visão do mundo ocidental: o poder do Estado sobre a vida e os destinos das pessoas.

Dia 25: a manchete a seguir e o teor do texto é preocupante do ponto de vista da observância das liberdades individuais e do direito à defesa. “Agitador preso no Catete diz que foi ao Rio para fazer a revolução” - O texto inicia com o seguinte chamada:

O agitador comunista Antônio Carlos, preso por um cabo da PM na feira livre da Rua Correia Dutra, no Catete, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional por ter sido pilhado em flagrante fazendo propaganda subversiva, clamando pela legalização do Partido Comunista e anunciando que a revolução no país é iminente. Antônio Carlos está incomunicável, na Delegacia de Ordem Política e Social e seu depoimento, prestado a portas fechadas, foi considerado subversivo. Antônio Carlos tentou resistir à prisão mas acabou mesmo no DOPS. Lá, em depoimento que foi tomado em sigilo disse ainda que a sua 'principal missão' na Guanabara era a de tratar de revolução que, segundo afirmou, virá tão logo sejam iniciadas as desapropriações de terras pela SUPRA. Acrescentou que o movimento subversivo seria em todo o território nacional, dele participando militares, camponeses, operários e estudantes filiados a UNE. Afirmou ainda ter conhecimento de que os camponeses estão sendo municidados, pois entram armas em grandes quantidades através de todos os Estados.

Esta reportagem tem todo o estilo de ser uma notícia fabricada, seguindo o modelo conspiratório identificado em Dreifuss, como prática para o golpe. Não se sabe realmente se tal fato aconteceu, pois Santa Maria estava a quilômetros de distância do Rio de Janeiro e, por isto, dependia das notícias (falsas ou verdadeiras) para se inteirar dos fatos. O “agitador” foi preso, ao que consta, depondo sem a presença de um advogado de defesa e a portas fechadas, sendo considerado subversivo.

Com esta estratégia, o leitor acreditava ou não na versão dada pela imprensa ao fato. Mas, para a Santa Maria de 1964, como duvidar da palavra de um jornal com a circulação de *A Razão* na época?

Dia 26: “Coisas incompatíveis” - Neste editorial, o projeto das Reformas de Base foi criticado, com a alegação de que “o presidente da República queria cobertura para os seus nevoentos projetos” e para “as invasões de terras, no estilo do que houve na China, durante a guerra revolucionária dirigida por Mao Tse-tung”. Assim, segundo o jornal, estas práticas são “tramadas, financiadas e executadas por elementos ligados ao palácio presidencial e dilapidada em seus recursos financeiros pelos comunistas que custeiam e armam os agitadores no interior do Brasil.” Por fim, a matéria sentencia: “Esperemos que o sr. João Goulart volte a dizer ao País quais as novas medidas que pretende tomar contra a inflação”, ao mesmo tempo que alerta: “quaisquer que sejam, no entanto, serão inúteis e contraproducentes, se as agitações movidas pelos comunistas (...) não cessarem.” Assim, a figura do “comunista infiltrado” no Governo Federal e a suposta da existência de “larga infiltração vermelha” no País era explorada pelos jornais oposicionistas até a exaustão.

Dia 26: com o título “Mendes: pré-revolução”, o jornal publicou manifesto do marechal Mendes de Moraes, com a seguinte mensagem:

(...) durante sua estada em Minas Gerais, constatou a existência de um clima pré-revolucionário com os campos sacudidos por agitações intermitentes programadas e executadas por elementos interessados em tumultuar a vida rural, facilitando assim o caminho para o desencadeamento de uma Revolução.

Note-se o termo “elemento” que o marechal usou para se referir às supostas pessoas envolvidas na organização dos tumultos; esse termo é muito utilizado pelo jargão policial para denominar os possíveis criminosos. Pode-se aqui entender que, ao se referir aos tumultos no campo como resultado da ação de “elementos”, a condenação dos movimentos camponeses, sendo tratados como “caso de polícia” e de “segurança interna”. Seguiu o marechal, concluindo “que teve oportunidade de abordar o assunto em toda a sua extensão nos encontros que teve com o governador Magalhães Pinto, o secretário de segurança e com cinco mil ruralistas, tendo ainda

proferido uma palestra a respeito pela TV.” Percebe-se aqui que as condições de vida do campesinato não interessavam para o Governo e os ruralistas, importando apenas tratar as revoltas como sendo sintomas da guerra revolucionária em curso e não o pedido de socorro por melhores condições de vida que os trabalhadores do campo manifestavam naquele momento.

Dia 29: nos pronunciamentos da Rede da Democracia, de vez em quando um operário tem a palavra. Interessante transcrever a fala do operário José Manuel Dias Menezes, o qual assinalou:

o comunismo só visa a destruir as instituições democráticas, erigindo em seu lugar uma estrutura socialista dita de amparo às classes trabalhadoras, mas que nada mais é, na verdade, que uma ditadura férrea e desumana, praticada em nome dos operários, mas que não lhes dá um mínimo de conforto nem segurança, como se pode verificar pelas notícias que nos chegam, de pessoas idôneas, que viajaram por países dominados pelo comunismo.

Desta forma, a presença de um operário - se realmente era um operário o senhor José Manuel - procurava dar uma aparência de união das diversas camadas sociais na programação da Rede da Democracia. Em transmissão anterior, o operário naval Agripino José da Silva também teve a oportunidade de se manifestar nos microfones da Rede, finalizando sua participação com a seguinte pergunta: “Como legalizar uma entidade que prega a dissolução da sociedade e atenta contra as instituições?” Assim, ao contar com a presença de operários na Rede, os conspiradores queriam atrair para junto da trama essa parcela significativa da população brasileira: o operariado urbano.

### 3.1.6 Março de 1964

Dia 3: “Caminho da perdição” - Neste editorial, elogiava-se o valoroso povo mineiro que não se deixaria dominar pelos agentes do comunismo:

Minas Gerais retoma o seu papel histórico de grande defensora da liberdade e da democracia, assumindo o seu povo a liderança na repulsa do adiantado processo de bolchevização em que já nos encontramos. (...) Minas é contra o ateísmo comunista, contra a falsidade comunista, contra a corrupção comunista, contra a violência sanguinária que acompanha inevitavelmente os regimes comunistas. Minas não quer se submeter à minoria comunista, tão ousada quanto ínfima, que cerca o presidente da República e o tem prisioneiro a seu serviço. (...) Por acaso, há quem ignore que hoje em dia a única recomendação que prevalece para entrar no serviço público e ocupar cargos de direção, é ser da esquerda revolucionária e ter o apoio do Partido Comunista? A lista é enorme e crescente. O Ministério da Educação é hoje um viveiro de comunistas e os comunistas estão infiltrados por toda a parte, inclusive nas forças Armadas, como o tem denunciado, tantas vezes, os mais ilustres e autorizados chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Dia 8: “O Governo contra o Brasil” - O editorial fez duras críticas à posição submissa do Presidente ao aceitar ideias de seus assessores, que na visão dos jornais membros da conspiração, eram parte da trama comunista em marcha no País:

Não se pode dizer que seja uma ideia feliz a dos assessores do presidente da República que o aconselharam a assinar, no comício marcado para o dia 13 próximo, na praça da Central do Brasil, na Guanabara, o decreto da SUPRA, que desapropria terras às margens das estradas de ferro, de rodagem e dos açudes públicos. (...) O decreto da SUPRA que o presidente promete consagrar com a sua assinatura, tem suscitado grandes controvérsias, não apenas entre as pessoas visadas pelo confisco, ou sejam os proprietários das terras que o governo pretende distribuir entre seus correligionários e amigos, servindo-se, ao mesmo tempo, dele como instrumento de pressão contra os adversários políticos, como também por todos quantos veem na desapropriação compulsória, feita em tão larga escala, o começo efetivo da bolchevização do Brasil.

Aqui, o editorial lançava dúvidas de que o confisco de terras seria mesmo para a reforma agrária, dando ao leitor o entendimento de que tal confisco serviria apenas para uma grande distribuição de terras a pessoas próximas do governo. O texto continua duvidando da capacidade administrativa de Goulart para tomar decisões sem se submeter às influências de terceiros:

Nunca se conceberia que o presidente da República de um país sério aceitasse o papel que os assessores do sr. João Goulart tentam fazê-lo representar, levando-o a associar-se pessoalmente, a um comício promovido pelos comunistas, e a anunciar como atrativo principal desse convescote político, a assinatura de um decreto de alta transcendência para a vida política e econômica do País, convertido dessa forma em simples número de propagandas das esquerdas revolucionárias. (...) não é justo que o presidente da República, abusando da sua autoridade de chefe supremo das Forças Armadas coaja o Exército, a Marinha e a Aeronáutica a tomarem parte, com milhares de seus homens, armados de canhões e bazucas, numa cena de caráter puramente político partidário, em que o sr. João Goulart figura como líder do PTB e das camarilhas de pelegos e nacionalistas russos, todos obedientes ao comando dos comunistas que são os



verdadeiros empresários do triste espetáculo. (...) Por que não assina o decreto de confisco em Brasília que é a Capital da República, e em seu gabinete de trabalho, como lhe cumpriria fazer? A resposta não pode ser outra: o presidente da República, conduzido por assessores vermelhos que no fundo d'alma sonham com a sua perdição, carece do sentido da majestade do poder de que se acha investido, e deixa de ser o presidente de todos os brasileiros para encarnar o papel secundário de simples demagogo, a serviço dos interesses eleitorais da facção política que obedece à sua orientação.

Dia 11: “Congresso comunista.” - O presidente enviou mensagem aos congressistas que participaram do Congresso Latino Americano da Juventude, realizado em Santiago do Chile, “saudando a participação da juventude nas lutas pela independência econômica e política da América Latina.” Mais uma oportunidade aproveitada pelos críticos de plantão para enfraquecer ainda mais a imagem de Goulart. Diz a nota:

A facilidade com que o presidente da República se engaja em movimentos tipicamente comunistas constitui um sintoma alarmante do comprometimento do governo brasileiro com as manobras do comunismo internacional.

Dia 11: “Forças inconciliáveis” - O editorial divulgou o manifesto do *Pravda* – órgão oficial do Partido Comunista da União Soviética – em que via com preocupação “a volta do povo russo, inclusive a mocidade, às ideias religiosas e até a prática do culto, exige que sejam tomadas providências para uma mais intensa propaganda do ateísmo.” Aqui, o jornal se alinhava também com o discurso alarmista que os conspiradores usam para incutir na população de que, se o comunismo triunfasse no Brasil, o País deixaria de ser católico se adotasse o ateísmo. Este temor foi suficiente para que as senhoras católicas agarrassem seus rosários e partissem para uma cruzada em defesa do cristianismo. Em um dos parágrafos do editorial, o tom alarmista continua:

Milhares e milhares de sacerdotes, desde cardeais, arcebispos, e bispos, até humildes vigários, frades e freiras, foram ignominiosamente assassinados pelos comunistas, com as suas igrejas incendiadas e convertidas em estrebarias e as imagens e objetos sagrados profanados e destruídos.

No trecho seguinte, uma espécie de “recado” para todos os brasileiros “tementes a Deus” de que o perigo se aproxima, conforme o trecho: “O *Pravda* reclama que a campanha se acirre, não somente na Rússia como também em todos os lugares onde venha triunfar o comunismo.”

Mesmo que a intenção de membros do clero fosse a de praticar a caridade e ajudar o próximo, o discurso sempre utilizado do “perigo comunista” é aproveitado também na esfera religiosa, na qual o apoio da Igreja.

Católica à reforma agrária era visto como ação das forças comunistas infiltradas em vários setores da sociedade. Neste diapasão, concluía o editorial: “Não é viável nenhum entendimento, camaradagem, conciliação, acordo ou aliança entre comunistas e católicos. São forças que se repelem, pela própria natureza da história em que assentam.”

Dia 12: “Unidade Nacional” - O dia do comício na Central do Brasil aproximava-se e os conspiradores voltam a exortar as Forças Armadas a cumprir com seu dever constitucional, a defesa da unidade nacional. Este editorial tinha como destinatário os militares que ainda insistiam em apoiar o Presidente diante da conjuntura política:

Jamais duvidaremos de que as Forças Armadas estejam firmes e inabaláveis no juramento de defender a integridade e a unidade política do Brasil. Mas pode acontecer, como de fato sucede agora, que as Forças Armadas pareçam inadvertidas da tremenda ameaça que pesa sobre a unidade que tantos sacrifícios custaram aos nossos maiores e que é o grande título do nosso orgulho nacional.

Novamente aparecia o discurso do “perigo vermelho”, sempre lembrando ao leitor de que “quem ameaça a unidade nacional são os comunistas que infestam os altos postos governamentais, que se encontram como assessores do presidente da república e que estão até mesmo dentro do Conselho Nacional de Segurança.” “Dirão os chefes militares que isso não será possível”, alega a matéria, “pois que não o admitirão nunca”, terminando com a exortação:

Como se enganam! Chegada a hora, com a infiltração em profundidade que se observa inclusive nas Classes Armadas, com a crescente insubordinação de sargentos e suboficiais, a sua voz de comando não será ouvida e será uma felicidade se não tiverem a sorte dos oficiais do “Encouraçado Potemkin”, cujo filme foi recentemente exibido no Ministério da Educação para sargentos e marinheiros, com um explicador que a todo momento os incitava a ter igual procedimento para se libertarem.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Em 1905, marinheiros do encouraçado Potemkin se rebelam contra as péssimas condições de trabalho a bordo do navio. O estopim é a repressão ordenada por oficiais contra os marujos após esses desobedecerem uma ordem de comer carne podre. O filme homônimo, de Sergei Eisenstein, baseado em fatos reais, mostra uma Rússia autocrática e alheia às dificuldades do povo. Os marinheiros e a população da cidade de Odessa, que apoia o movimento, são massacrados, numa demonstração desmedida de força do czarismo.

Para o leitor comum de 1964, a ideia era a de que os militares estavam passivos, assistindo calmamente o avanço do comunismo no País, via Governo Federal. Mas sabemos que a História não é bem assim, pois as linhas desse e de mais uma dezena de jornais país afora, trabalham assiduamente na conspiração que derrubaria João Goulart. O editorial segue espalhando mais insegurança: “Saibam que a revolução comunista está sendo preparada às escâncaras (...)” e “provocará imediatamente, sem perda de um instante, a intervenção militar estrangeira.” O editorial aprofundava a campanha de incutir medo na população ao dizer que, “sob pretexto de garantir o presidente da República, anunciam um esquema de segurança para um comício ilegal, convocado por comunistas notórios, num espetáculo degradante de provocação às autoridades legítimas deste Estado.”

Dia 15: repercute o comício do dia 13 de março, na Central do Brasil<sup>18</sup>, através da fala de Carlos Lacerda:

O discurso do sr. João Goulart é subversivo, provocador, além de estúpido. É uma guerra revolucionária que está sendo desencadeada. Seu chefe ostensivo é o sr. João Goulart até que os comunistas lhe deem outro. O que é triste foi ver as gloriosas Forças Armadas e o Conselho de Segurança Nacional, cujo pretexto de que João Goulart é seu comandante em chefe, ficarem de sentinela para atos subversivos. (...)

Adhemar de Barros também se manifestou ao afirmar: “relatórios que recebi deixam antever que o dispositivo de agitação no Brasil deverá ser acionado nas próximas horas.” O jornal nada mais informava que relatórios seriam esses e quem os produzira.

Dia 17: “Primeiro castigo” – Tratava-se de um editorial crítico ao comício da Central do Brasil, com acusações diretas à Goulart. O texto iniciava afirmando:

---

<sup>18</sup> O Comício da Central do Brasil em 13 de março reuniu cerca de 150 mil pessoas. Nesse dia, João Goulart falou emocionado sobre a necessidade de uma revisão na Constituição, a qual considerava antiquada para as atuais necessidades do País. Revela ao público não ter medo de ser acusado de subversivo por desejar mudanças no Brasil e defende a ampliação da democracia, com direito ao voto para os analfabetos. O ponto mais alto do discurso é a assinatura do decreto da Supra com a desapropriação de terras às margens de rodovias e açudes federais e a encampação das refinarias de petróleo particulares.

Linha por linha, o presidente da República, em sua deplorável arenga no comício da Central, repetiu as teses do general Perón. (...) Parece que o senhor João Goulart decorou as palavras do mestre e veio repeti-las, tantos anos depois, ao povo do Rio de Janeiro. Por muitos aspectos o 'meeting' que os comunistas convocaram para ele comparecer com as suas faixas, cartazes e incitamentos e no qual o presidente da República pediu a sua volta aos pleitos eleitorais, relembra as reuniões fascistas e nazistas de Mussolini e Hitler.

O teor das críticas ao comício induziam o leitor a comparar o Presidente aos ditadores europeus da Segunda Guerra Mundial. O editorial seguia menosprezando a fala do Presidente quando afirmou:

A mesma algazarra, a mesma vituperação, os mesmos 'slogans' violentos, os mesmos insultos aos adversários, a mesma e triste vergonhosa exploração dos sentimentos populares. (...) Houvesse consciência política no Brasil e amanhã mesmo seria pedido o 'impeachment' do presidente que desceu à praça pública para pregar a subversão, para denegrir as forças populares nacionais, para expor o Congresso Nacional ao ódio popular." A subversão é a palavra predileta dos conspiradores.

Ainda nesse editorial, procura-se tornar menor a importância do presidente onde

“(...) o presidente não tem mais condições pessoais para dirigir-se aos representantes legítimos do povo de quem se manifestou inimigo irreductível através de ameaças que só contra ele próprio depoem, pois que o poder de que se acham investidos senadores e deputados têm a mesma origem, e sob certos aspectos é muito mais puro do que aquele que é o seu.”

É importante lembrar que, em 1961, o Presidente assumira o Governo conforme o que determinava a Constituição, mas seus críticos distorciam as palavras cumprindo com a tarefa de manipulação da opinião pública, utilizando termos cujo significado é relativo. Afinal, o que seria um poder puro? Erros históricos também eram cometidos na batalha da manipulação do leitor, quando se afirmava que “O senhor João Goulart jamais foi votado para a Presidência da República e nunca o seria em condições normais.” Como não foi votado? João Goulart recebera votos na eleição que deu a vitória a Jânio Quadros, pois nessa época o presidente e o vice eram cargos em separado.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> João Goulart recebera mais de 4 milhões de votos na eleição de 1960.

Dia 18: “Defesa da ilegalidade” – Neste editorial que repercutia o Comício do dia 13, na Central do Brasil, mais uma vez a mídia procurava manipular o leitor: “O que ocorreu, sexta-feira, 13, dia aziago que marcará com uma indelével mancha o calendário do Brasil, foi um espetáculo nazi-fascista, a que não faltou nenhum dos aspectos que caracterizavam os comícios de Hitler e Mussolini.”

Novamente a comparação de Goulart com dois ditadores europeus, cujos governos eram definidamente antidemocráticos é um contra-senso. A artilharia contra o Presidente, entretanto, segue:

O pensamento dos autores da cilada contra o presidente da República era exatamente mostrar sua pouca importância, o papel secundário que desempenha no quadro das esquerdas, a docilidade com que assina o que os seus assessores vermelhos mandam que assine, a submissão às ordens do cunhado e de Arraes<sup>20</sup> (...) não há hoje mais quem acredite na efetiva liderança do senhor João Goulart, posto ostensivamente de lado por outros demagogos de mais tomo e que interpretam muito melhor os sentimentos e interesses dos grupos revolucionários castristas, soviéticos e chineses que disputam, aqui dentro, como se o Brasil fosse um dejetado à deriva, assenhorar-se do seu destino.

Desta forma, a linguagem dramática e apelativa procurava espalhar o pânico na população, utilizando-se de símbolos comunistas: a Cuba de Fidel Castro, a União Soviética e a China.

Dia 20: “Regime está periclitando, afirma deputado da Bahia” – É um depoimento do deputado João Mendes (UDN/BA) criticando a passividade dos três ministros militares presentes no comício da Central do Brasil e exortando-os a dar um basta na situação:

Quando o presidente da República ultrapassa os limites da sua posição prestigiando com sua presença e fortalecendo com sua palavra a ação do Partido Comunista posto fora da lei pela Justiça, perde ele o direito de obediência hierárquica, deixando de ser o comandante supremo de quem as Forças Armadas devem receber ordens.

Dia 27: “O País marcha para o caos” - O governador do Paraná, Ney Braga justificava sua impressão de que o Brasil marcha rumo ao caos ao dizer:

---

<sup>20</sup> Trata-se do deputado Leonel Brizola e de Miguel Arraes, governador de Pernambuco, respectivamente.

Aí está a inflação desenfreada, as agitações sociais, os poderes se desentendendo principalmente tendo em vista o comício que recentemente se realizou no Rio, quando na presença do presidente da República, o Congresso foi atacado. O que estamos vendo é a desorganização administrativa, a falta de autoridade, o acirramento da luta com os ataques os mais violentos. Homens que preferem falar e não podem, homens que falam e que não devem falar.

O governador do Paraná era mais um dos tantos políticos conservadores que criticava a presença do Presidente em um comício que, segundo ele, pregara o ódio e a quebra do regime constitucional. Aqui, o governador se referia ao pronunciamento de Leonel Brizola ao defender o fechamento do Congresso caso esse continuasse a se recusar a aprovar as Reformas de Base.

Dia 29: “A Nação exige” - Praças da Marinha encastelados na sede da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, no Rio de Janeiro, tornam-se protagonistas dos últimos momentos de tensão pelo qual passa o governo de João Goulart. Os jornais da conspiração publicam apelos ao Presidente para que tomasse uma posição definitiva diante da onda de insubordinação que supostamente estaria avançando sobre as Forças Armadas. Diz um trecho do editorial:

Tem o presidente João Goulart a obrigação de, neste momento, definir-se de uma vez por todas. Não pode mais postergar a palavra que há de situá-lo a favor da ordem ou cúmplice da baderna. É uma obrigação indeclinável, uma exigência da Nação inteira, à qual não pode, de nenhum modo fugir ou tergiversar. Diga o sr. João Goulart esta palavra. Adote esta atitude definitiva. Pela lei ou contra a lei. Pela democracia ou pelo comunismo.

Ao final deste trecho se vê que, mesmo em uma linguagem de apoio, pelo menos aparentemente, a imprensa de oposição não desperdiçava a oportunidade de cobrar uma posição do Presidente. Se ele punisse os desobedientes como mandava a lei militar, ganhava a simpatia da imprensa; se optasse por anistiar aos revoltosos, assumiria ser um comunista. Não havia duas opções para Goulart.

### 3.1.7 Abril de 1964

Dia 1º: “Minas reagirá contra o golpe à Constituição” – Destacava-se o pronunciamento do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, no qual explicava à população mineira o apoio do Estado aos últimos acontecimentos. Neste dia, as tropas do general Mourão já se deslocavam rumo ao Rio de Janeiro, iniciando o Golpe que derruba João Goulart da Presidência. Vale seguir o que dizia o jornal:

Disse o governador: Ante o malogro dos que ao nosso lado vinham proclamando a necessidade de reformas fundamentais dentro da estrutura do regime democrático, as Forças Armadas sediadas em Minas Gerais, responsáveis pela segurança das instituições garantindo a normalidade institucional consideram de seu dever entrar em ação a fim de assegurar a legalidade ameaçada pelo próprio presidente da República. (...) o comandante da 4ª região Militar, general Olympio Mourão Filho, informou que o Código Penal Militar começou a vigorar em toda a área da 4ª RM a partir das 18 horas de 31 de março de 1964.

Interessante notar que, para o governador, as reformas deveriam ser feitas, mas se respeitando o regime democrático, sem sobressaltos. Para ele, o melhor para o povo era esperar pacificamente, sem greves ou passeatas reivindicatórias. Para o povo, mal tratado pela carestia e o alto custo de vida, esperar já era prática que estava se tornando longa demais.

Na mesma edição, o jornal publicava comunicado do general Jair Dantas, em que dizia:

Cumprindo determinações expressas do sr. presidente da República, assumo nesse momento de intranquilidade para a Nação brasileira, o comando das ações legais contra o movimento de subversão que estão se desenvolvendo em Minas Gerais (...) Fiel aos princípios legalistas que imprimo a todas as minhas diretrizes, agirei com a máxima energia contra os sublevados alertando-os antes para que não se deixem enganar por falsos defensores da democracia que os estão conduzindo para uma verdadeira luta entre irmãos.”

Para o governo, os subversivos estavam agindo em Minas, enquanto que para os conspiradores, a subversão estava infiltrada em Brasília, com “elementos comunistas” ocupando postos-chaves nos ministérios. Dantas não vislumbrava que a ordem de exonerar os generais do comando de Minas não era obedecida, colocando em xeque sua autoridade como Ministro da Guerra.

Também, no mesmo dia, *A Razão* reproduziu editorial do *Daily News*, periódico estadunidense, que tem como título: “Fidel comanda a Revolução Brasileira”. O texto referia-se ao Presidente como sendo “um rico fazendeiro e volúvel radical (...) enquanto o país sofre de uma inflação galopante (...) e com um movimento sindical dominado pelos comunistas e uma classe militar de extrema direita”. Para o *Daily News*, “claramente o primeiro ministro Fidel Castro, de Cuba, está dando ordens aos vermelhos brasileiros que acusam os militares de querer derrubar Goulart do poder.” Assim, definitivamente, o editorial estrangeiro não contribuiu positivamente para a compreensão da situação política do Brasil, pois trazia em seu texto uma visão sobre o Presidente carregada de adjetivos depreciativos, como *volúvel* e *radical*, demonstrando o caráter anticomunista e alinhado com o golpismo.

No mesmo dia, em nota oficial, o comandante da 3ª Divisão de Infantaria, general Mário Poppe Figueiredo, divulga as seguintes ações na cidade diante do momento nacional<sup>21</sup>:

Ficam proibidas irradiações alarmantes ou de incitamento, bem como reuniões em via pública de mais de cinco pessoas. (...)  
Fica também proibida a venda de bebidas alcoólicas a partir das 19 horas, em bares, botequins, etc.(...)  
Esclareço ainda, que ficam proibidas todas as vendas de armas, munições e explosivos.

Dia 2: um dia antes (1º), a reportagem do jornal *A Razão* é recebida pelo general Poppe e publica as seguintes declarações do militar:

Nosso Brasil, disse, atravessa nos dias em que vivemos momentos cruciais de sua história de nação livre e democrática. Como é de conhecimento de todos desde tempos atrás que servem deflagrando uma insidiosa campanha de comunização deste país. Há tempo, o Exército Brasileiro vem observando a, ocorrência dos fatos (...)

Novamente no dia 2, Poppe de Figueiredo recebe a reportagem para, então, no dia 3 de abril, ter publicada a seguinte nota: “O povo brasileiro está de parabéns pela grande vitória da democracia livre, pela erradicação do comunismo de nossa Pátria. (...) Quero congratular-me com o povo pacífico e ordeiro de Santa Maria, pela maneira com que se portou.” Neste mesmo dia, o

---

<sup>21</sup> Aqui, selecionamos algumas delas.



general viaja para Porto Alegre para assumir interinamente o comando do III Exército, por ordem do general Arthur da Costa e Silva, então Ministro da Guerra.

Ainda no dia 2: “Momento de apreensão” – Quando é ainda indefinido para a população o destino do governo Goulart, face aos acontecimentos das últimas horas, o editorial deste dia transmite aos leitores uma situação de dúvida para o País:

O momento nacional é de apreensão. A Família Brasileira vive horas de intranquilidade face à luta ideológica em que se empenham as forças políticas do País. O panorama é cruciante. A perspectiva é trágica. Prevê-se choque iminente entre as forças que se digladiam, buscando as mesmas defender suas ideias e seus princípios. A nação está paralisada. Nada funciona. Tudo amorfo. Impera o caos. No horizonte da confusão a visibilidade é má. As nuvens carregadas deixam antever tempestade, a menos que ventos de bom senso as levem para bem longe, clareando o céu da esperança e trazendo de volta aos nossos lares a paz e o sossego para que nossa Pátria prossiga no caminho do progresso, elevando-se cada vez mais no conceito mundial.

Que linguagem dramática! O editorial fez uso de palavras dirigidas especialmente às famílias brasileiras, como bem sabemos, católicas e temerosas do suposto avanço comunista entre o povo.

Dia 3: a exemplo da marcha organizada em São Paulo<sup>22</sup>, o Rio de Janeiro também levou às ruas em torno de 700 mil pessoas, no dia 2 de abril. O general Olympio Mourão, que comandava as tropas mineiras rumo à Guanabara, foi ovacionado pelos participantes no encerramento da marcha. Note-se que o novo momento do Brasil após o Golpe já contava com a vitória dos opositores de Goulart, sendo que o Presidente da República ainda se encontrava em solo brasileiro, pois ele partiria para o exílio no Uruguai apenas no dia 4 de abril.

Dia 3: “E o horizonte clareou” - O editorial de *A Razão* já utilizava uma linguagem mais leve, diferentemente do dia anterior, expressando os ânimos aliviados pela situação que se apresentava.

Dissiparam-se as nuvens (...). a borrasca que se pronunciava, foi levada barra a fora pelos ventos do quadrante do bom-senso, permitindo que o sol da esperança e da

---

<sup>22</sup> Trata-se da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Em resposta ao Comício de 13 de março, a primeira marcha ocorreu dia 19, em São Paulo, organizada por setores conservadores do clero e da classe média. Defendia a deposição do presidente pois acreditava-se que o Brasil estava à beira de um golpe comunista.

tranquilidade ilumine e alegre o coração da Família Brasileira, que inquieto batia descompassado em decorrência da hipertensão nacional. Depois dos violentos embates verbais em que se empenharam as correntes políticas nos campos ideológicos, aconteceu o “ensarilhar” armas, determinado pelo alto comando da razão, que, evitando consequências imprevisíveis, fez cessar os desentendimentos.

Dia 7: “Homenagem às Forças Armadas” – Santa Maria preparou homenagens às Forças Armadas depois de confirmada a derrubada do governo e a ida para o exílio de João Goulart para o Uruguai. O jornal convocava a população para participar do ato em defesa do Golpe, através de uma

concentração popular na Praça Saldanha Marinho, da qual tomaria parte, as entidades de classes, organizações religiosas, operários, estudantes, a frente do QG a fim de manifestar a gratidão dos santa-marienses ao Exército, Aeronáutica, Marinha e, em especial à guarnição militar de Santa Maria, pela atitude correta, corajosa com que conduziram os graves acontecimentos da última semana.

Assim, se a população de Santa Maria foi para as ruas, era para agradecer o desfecho de uma estória muito bem contada durante meses, a fim de conseguir a vitória do Golpe pelo convencimento da maioria da população. A ficção “perigo comunista no Brasil” foi uma obra muito bem construída e, nesta conspiração, os frutos começavam a ser colhidos. E, como bem pudemos perceber, foram utilizados todos os argumentos possíveis para derrubar um governo legítimo e com preocupações sociais.

## CONCLUSÃO

Nestes dias do século XXI, que apenas completou um pouco mais de uma década, vasculhar os jornais de 1963 e 1964 é uma “viagem no tempo”. Tempo que está distante, retratado pelas páginas amareladas dos jornais e pelas imagens em preto e branco das filmagens da época, mas que tem sua história a revelar. 1964 está distante no espaço e no tempo se considerarmos nossa convivência com um País estável em sua política e economia, com suas instituições consolidadas desde 1985, com a volta do governo civil após 21 anos de Ditadura Civil-Militar, e com gerações que não conheceram as angústias de uma inflação descontrolada e de achatamento salarial. Para muitos é difícil acreditar que, no passado, os brasileiros vivenciaram meses de angústia e de apreensão pelo futuro da democracia em nosso País.

A imprensa golpista, que ajudou a derrubar João Goulart, não mediu palavras para alcançar seu objetivo. As palavras se transformaram em flechas a cada dia que os jornais chegavam às bancas. Nesse contexto, não tratamos de um jornalismo de responsabilidade, mas de uma linguagem jornalística que se utilizou dos artifícios da invenção e persuasão direcionadas a um público interessado por informação.

O discurso replicado nas edições de *A Razão*, de 5 de outubro de 1963 a 7 de abril de 1964, limite temporal objeto desta pesquisa, estava perfeitamente alinhado com os conspiradores que têm o poder da imprensa para ser utilizado nesta empreitada. O leitor precisava ser convencido do “perigo comunista” e isso só pode ser possível pelo uso de uma campanha constante, incessantemente planejada e capaz de influenciar a opinião da cidade, pelo menos em uma parcela considerável dela.

Confirmou-se o sucesso da operação nos primeiros dias de abril de 1964, quando a cidade “respira aliviada” e pode ir para as ruas saudar as guarnições militares sediadas em Santa Maria, responsáveis, no convencimento do público, pelo “desfecho pacífico e ordeiro da crise”. Não sabiam do que esperava o País: a censura, as prisões, os expurgos, as torturas, os exílios, os desaparecimentos, enfim, tudo aquilo que caracterizou o terrorismo de Estado da Ditadura de Segurança Nacional Pós-1964.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. H. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CAMINHA, J. C. G. **Delineamentos da estratégia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1982, Volume 1.

CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento**. Brasil: JK – JQ. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar. 2012.

DREIFUSS, R. **1964: a conquista do Estado**. A ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FIGUEIREDO, M. P. de. **A revolução de 1964: um depoimento para a história pátria**. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

GURGEL, J. A. A. **Segurança e democracia: uma reflexão política sobre a Doutrina da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora/José Olympio Editora, 1975.

KARAWEJCZYK, M. O jornal como documento histórico – breves considerações. **Historiae**. Porto Alegre, v. 1, n. 3. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/2371/1259>. Acesso em: 2 nov. 2013.

LUCA, T. R. de. Fontes impressas – História dos, nos e por meio do periódicos. In. PINSKY, C. B. (Org.) **Fontes históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS FILHO, J. R. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do Golpe. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro. 3. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 9 ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MENDONÇA, M. G. de. **O demolidor de presidentes**. 2 ed. São Paulo: Códex, 2002

MORAIS, F. **Chatô: o rei do Brasil**. A vida de Assis Chateaubriand. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

OLIVEIRA, E. R. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

RIBEIRO, N. **Jornais Gráficos RS – 1827 – 1900: O Jornal em Santa Maria 1883 – 1992**. Santa Maria, 1993.

SILVA, G. C. 1922-1972: a longa marcha. Visão, São Paulo, 41 (XIII), 1972. In. GURGEL, J. A. A. **Segurança e democracia: uma reflexão política sobre a Doutrina da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora/José Olympio Editora, 1975.

SILVA, H. **Golpe ou contra-golpe?** 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 1978.

TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. 2 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SOSA, D. A. C. **Imprensa e História**. Disponível em <<http://www.google.com.br/#q=maria+helen+capelato+imprensa+e+hist%C3%B3ria+do+brasil>>. Acesso em 19 nov 2013.

## **ANEXOS**

## Anexo A – A Razão e a Força – Dia 09 de outubro de 1963

A RAZÃO

# A RAZÃO E A FORÇA

THEOPHILO DE ANDRADE

RIO — A nota dos ministros militares e o discurso do presidente merecem, pela sua acuidade, alguns comentários.

Há uma expressão espanhola adotada pelos chilenos com o lema: "Por la razon o por fuerza". Nós, brasileiros, se nos quisemos colocar face de tal alternativa, preferido, simplesmente "razão". Somos um povo que, historicamente, se levanta por loucuras. E se não se levanta por "la fuerza", a história é uma sucessão de golpes pacíficos, de golpes pacíficos. Foi só

organizações ilegais, formadas à margem e por cima do movimento sindical brasileiro, que são dominadas — gato e sapato sabem disso — pelos comunistas. São órgãos de oposição? Estão ligados à oposição política, formada pelos partidos constitucionais, com representação no Congresso Nacional? Não. São entidades formadas e amamentadas no seio do governo, das quais tem sido mensal constante o Presidente da República. São elas que têm trazido este País em inquietação constante, fazendo com que uma nação que cresce em população e que precisa de desenvolver-se, tenha

males, contra a greves e contra a inflação, e a pedir ao governo que cumpra o seu dever, combatendo-as. Desgraçadamente, o governo nada tem feito, boicotando ele mesmo, através de reformas sucessivas de Ministério, os planos de contenção que os seus próprios ministros da Fazenda traçaram. E agora, quando a inquietação chega ao auge, e quando se reclama do governo que seja o governo que cumpra o seu dever vêm os ministros militares — e sobre eles sorridentemente apoiado, o sr. João Goulart — dizer que o regime está em perigo não pelos que pregam a de-

força bruta, nua e crua, por que a razão desertou dos altos escalões da administração deste país.

A resposta que o sr. Rui Gomes de Almeida deu à nota dos ministros, é lapidar. As classes conservadoras não são inimigas do sr. João Goulart mas apenas inimigas da desordem. Cumpra o presidente a Constituição e todos o apoiarão. O sr. Adhemar de Barros não pede outra coisa a não ser respeito à Constituição. E o que os sr. Carlos Lacerda disse é o que já tem sido dito e repetido, "ad nauseam", por quantos, de boa fé, analisam a situação política

Há uma expressão espanhola adotada pelos chilenos com o lema: "Por la razon o por fuerza". Nós, brasileiros, se nos quisemos colocar face de tal alternativa, preferido, simplesmente "razão". Somos um povo que, historicamente, se levanta por loucuras. E se não se levanta por "la fuerza", a história é uma sucessão de golpes pacíficos, de golpes pacíficos. Foi só

comunistas. São órgãos de oposição? Estão ligados à oposição política, formada pelos partidos constitucionais, com representação no Congresso Nacional? Não. São entidades formadas e amamentadas no seio do governo, das quais tem sido mensal constante o Presidente da República. São elas que têm trazido este País em inquietação constante, fazendo com que uma nação que cresce em população e que precisa de desenvolver-se, tenha

cadamente, o governo nada tem feito, boicotando ele mesmo, através de reformas sucessivas de Ministério, os planos de contenção que os seus próprios ministros da Fazenda traçaram. E agora, quando a inquietação chega ao auge, e quando se reclama do governo que seja o governo que cumpra o seu dever vêm os ministros militares — e sobre eles sorridentemente apoiado,

A resposta que o sr. Rui Gomes de Almeida deu à nota dos ministros, é lapidar. As classes conservadoras não são inimigas do sr. João Goulart mas apenas inimigas da desordem. Cumpra o presidente a Constituição e todos o apoiarão. O sr. Adhemar de Barros não pede outra coisa a não ser respeito à Constituição. E o que os sr. Carlos Lacerda disse é o que já tem

### Anexo B – Deputado sugere ao Presidente da República que renuncie o Governo – Dia 10 de outubro de 1963.

...amar o Governador. centou: "Se esse fôr o objetivo, não iriamos manho aparato e em militares.

...a paisana e a erta atacariamos com e outros apetre-

...ajor Marcondes disse sticias divulgadas a não passam de fru- um sonho.

...e de ter o general Filho, dito não saber sobre Exército man- curar Inquérito, um do Gabinete do Mi- Guerra, revelou que Nilo Goerres, Co- do Nácio de De- tal, seria en-ree- orse o fato.

...menizam ivas e ontidão

...a sua ação antinacional procurando prejudicar o conceito do Brasil no exterior, apresentando-o como "uma republiqueta sub-colonial", sujeita à possíveis procrias ditatoriais do seu presidente. E' um dever de equidade.

...gostávia", com a faixa que a maior distinção daquele país, e General Humbert, Alencar Castelo Branco, com companhado de Conselheiros da Embaixada, imprensa e toda a oficialidade do Gabinete Ministerial, tendo a fren-

...seu nome tado Mai- deceu cor- dialidade. sua satir- distinção.

## DEPUTADO SUGERE AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA QUE RENUNCIE O GOVÊRNO

BRASÍLIA, 9 (Meridional) — "Renuncie e merecerá a gratidão e aplausos de todos nós" — disse o deputado Eurípedes Cardoso Menezes, na tribuna da Câmara, hoje, quando fazia uma análise da indiferença administrativa governamental do Presidente João Goulart.

Criticou sem ódios, o Chefe da Nação, dizendo, inicialmente:

"Neste país é difícil encontrar quem recuse um lugar por julgar-se incompetente. Criam-se cargos para indivíduos, raramente escolhem-se indivíduos para cargos.

Tem havido uma in-ter-

...Espantoso é o apêgo de certos cavalheiros aos cargos que exercem. Ainda hoje, conforme noticiam os jornais, verificou-se um fato curioso com o líder do PTB, Partido Unido exatamente para neutralizar a influência comunista entre as massas trabalhadoras; Partido em que se observa salutar reação no sentido de livrá-lo de elementos comunistas que nele tem conseguido infiltrar-se — como ademais, todos os outros — O líder desse Partido recebeu uma moção de desconfiança da Maioria de sua Bancada; e não ligou-se no dever de renunciar. Um Ministro de Estado, repudiado propriamente o culpado de ser o Presidente da República. Talvez nunca tivesse aspirado ser mais que vice-presidente perpétuo, controlando os IAPs e aumentando seus latifúndios.

Vê-lhe, porém, a mais súbita surpresa: a Presidência da República".

E prosseguindo, disse: "Mas, o poder embriaga os medíocres. Sua Excelência quiz e teve-o. E, aí está o resultado!"

Finalmente, Eurípedes mencionou um a um os auxiliares do Presidente João Goulart, como comunistas.

## CUBANOS REPELEM OFERTA DA CRUZ VERMELHA DOS EE.UU.

MIAMI, 9 (UPI) — "A Cruz Vermelha Cubana, oferecendo viveres, material e pessoal para prestar socorros

ALUNO DE M NA U WASH — James verdade terminou, algum não gosto, fez criação. A ad- desdenhe rios, dis- quais me- dente de- ciosa.

GAGA VALE NO MEXI

## RENUNCIE O GOVÊRNO

...o de ser o Presidente da República. Talvez nunca tivesse aspirado ser mais que vice-presidente perpétuo, controlando os IAPs e aumentando seus latifúndios.

Vê-lhe, porém, a mais súbita surpresa: a Presidência da República".

E prosseguindo, disse: "Mas, o poder embriaga os medíocres. Sua Excelência quiz e teve-o. E, aí está o resultado!"

Finalmente, Eurípedes mencionou um a um os auxiliares do Presidente João Goulart, como comunistas.

## CUBANOS REPELEM OFERTA DA



Anexo C – Novas críticas violentas na Câmara Federal ao Governo de João Goulart – Dia 12 de Outubro de 1963.

... a pena acompanhar o duelo e  
porque quando as comadres briga

# NOVAS CRÍTICAS VIOLENTAS FEDERAL AO GOVERNO

BRASÍLIA, 11 (Meridional) — "Alguns demônios atormentam o Presidente João Goulart e lhe causam alucinações" — disse o sr. Oscar Correia, da UDN de Minas, ocupando a Tribuna da Câmara, hoje, fazendo uma análise do texto do discurso do Presidente, pronunciado na última reunião ministerial.

O deputado Oscar Correia afirmou que não pretendia abordar o assunto do "trágico episódio do estado de sítio", mas, com as palavras dos jornais que continuam em exposição, via-se obrigado a voltar ao assunto.

"Documento estranho — disse — mal elaborado e mal reagido, na confissão da falta de assessoramento do Presidente da República e o seu desespero no exercício das altas funções exige, não apenas a repetição dos slogans, num clima de inoperância como solução para os grandes problemas cada vez mais agravados".

Prosseguiu, afirmando que "o tom ora lúgubre, ora de devaneio, com referências repetidas à ordem Constitucional — dez vezes, segundo assinalou o orador — e a conspiração (23 vezes) dão a impressão nítida de que prepara-se novo golpe semelhante ao de novembro de 1937".

Mais adiante, disse, que "o mais grave, entretanto, é que Sua Excelência em seu discurso, faz alusões graves a fatos, mas não cumpre o dever moral e funcional de denunciá-los, como cumpria-lhe.

Incapaz de vencer a crise, recorre a slogans e palavras de chavões como reforma de base político para vencer a resistência adversária".

Mais adiante, disse: — "Mas, sua Excelência não sabe o que são reformas de base". Exemplifica com a

refo  
a re  
form  
proj  
na c  
lar.  
pela  
form  
dent  
da I  
mara

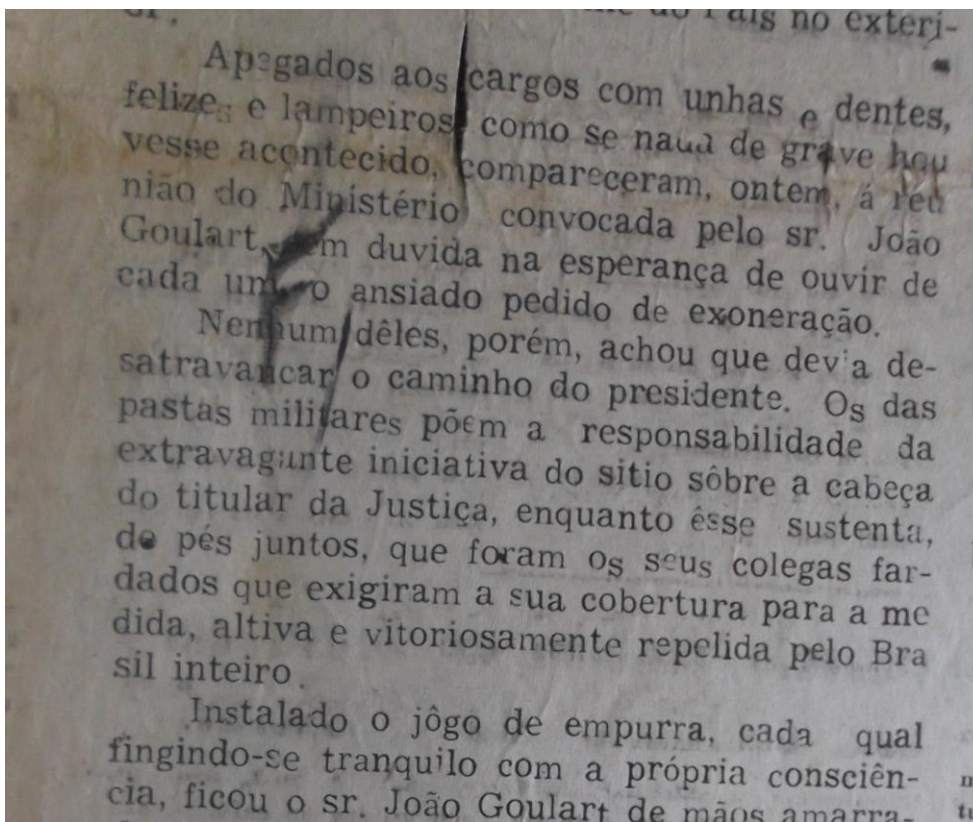
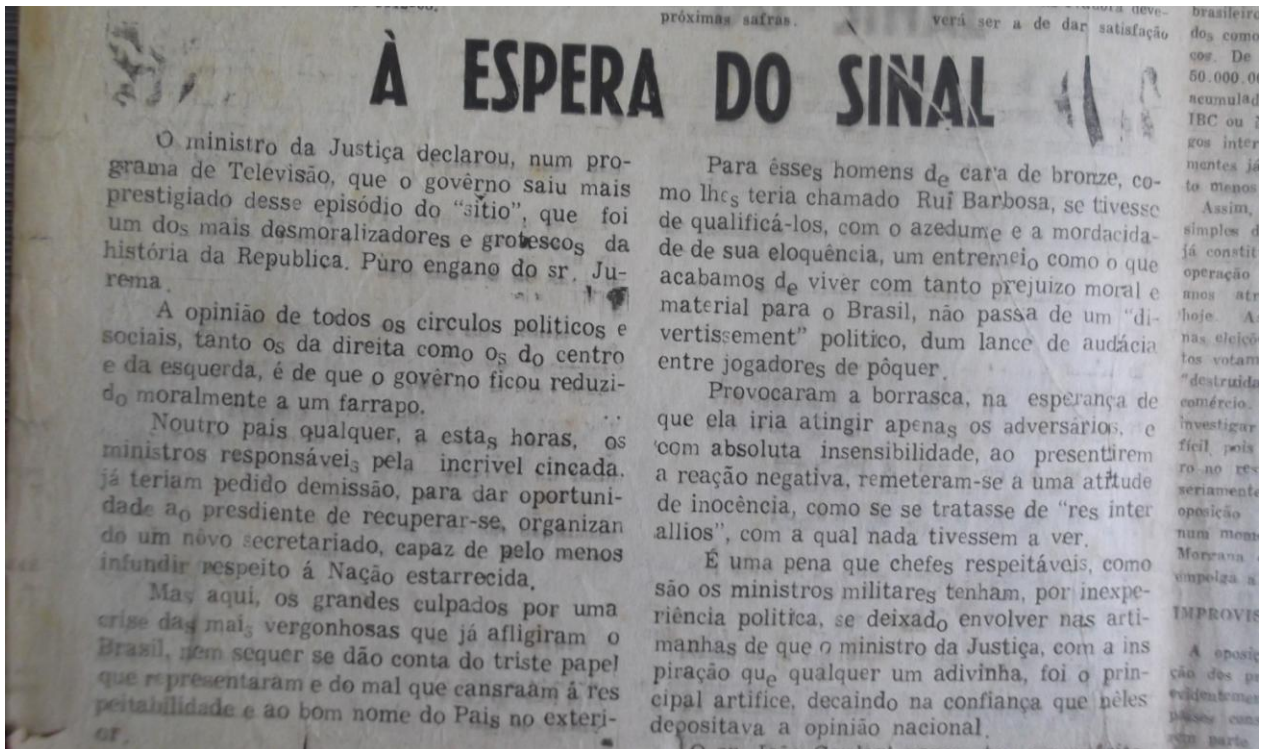
— L  
efeito  
game  
mais  
do G  
tam  
talme  
efeito  
tos,  
clusão  
deficit  
excess  
o s m  
de div  
tração  
Por os  
várias  
correc  
bre a

## RESOLUÇÃO DO PC FRANCÊS

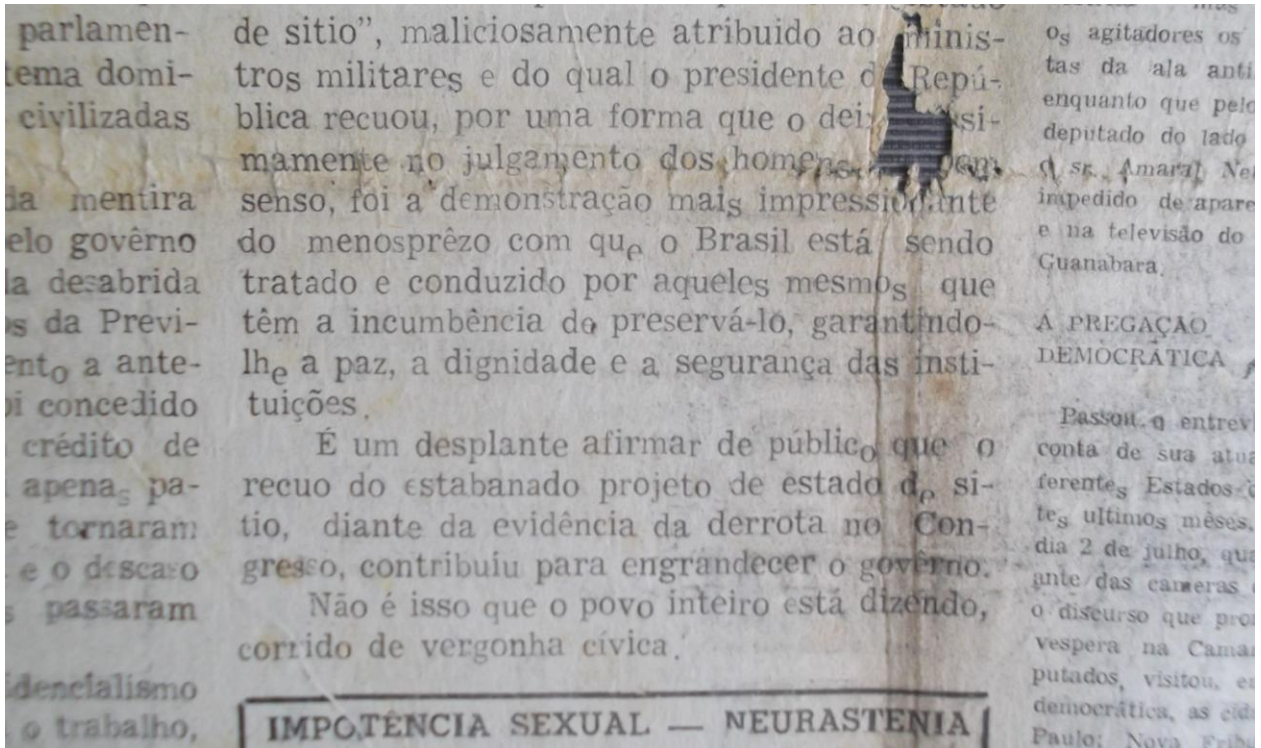
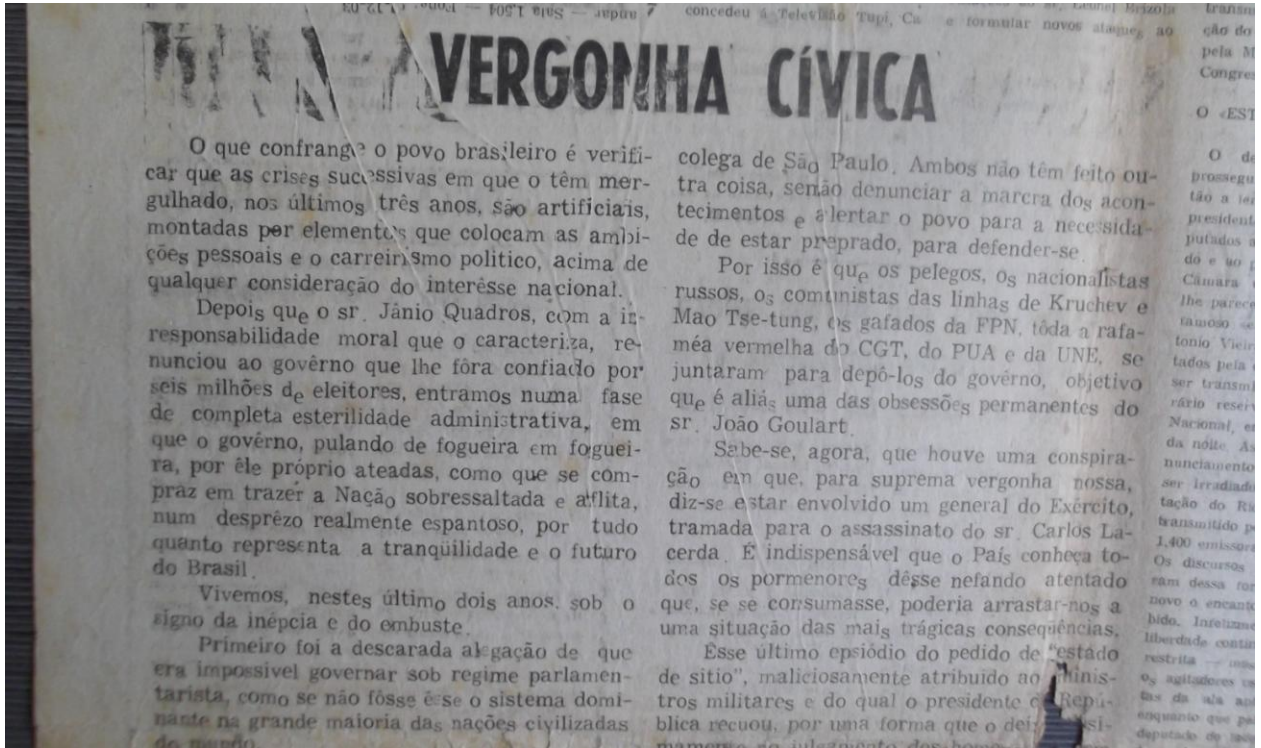
### Severa condenação das teses sustentadas pelos chineses

PARIS, — Uma severa condenação sem reservas, das teses sustentadas pelo Partido Comunista Francês, ataca, por outro lado, com violência, a

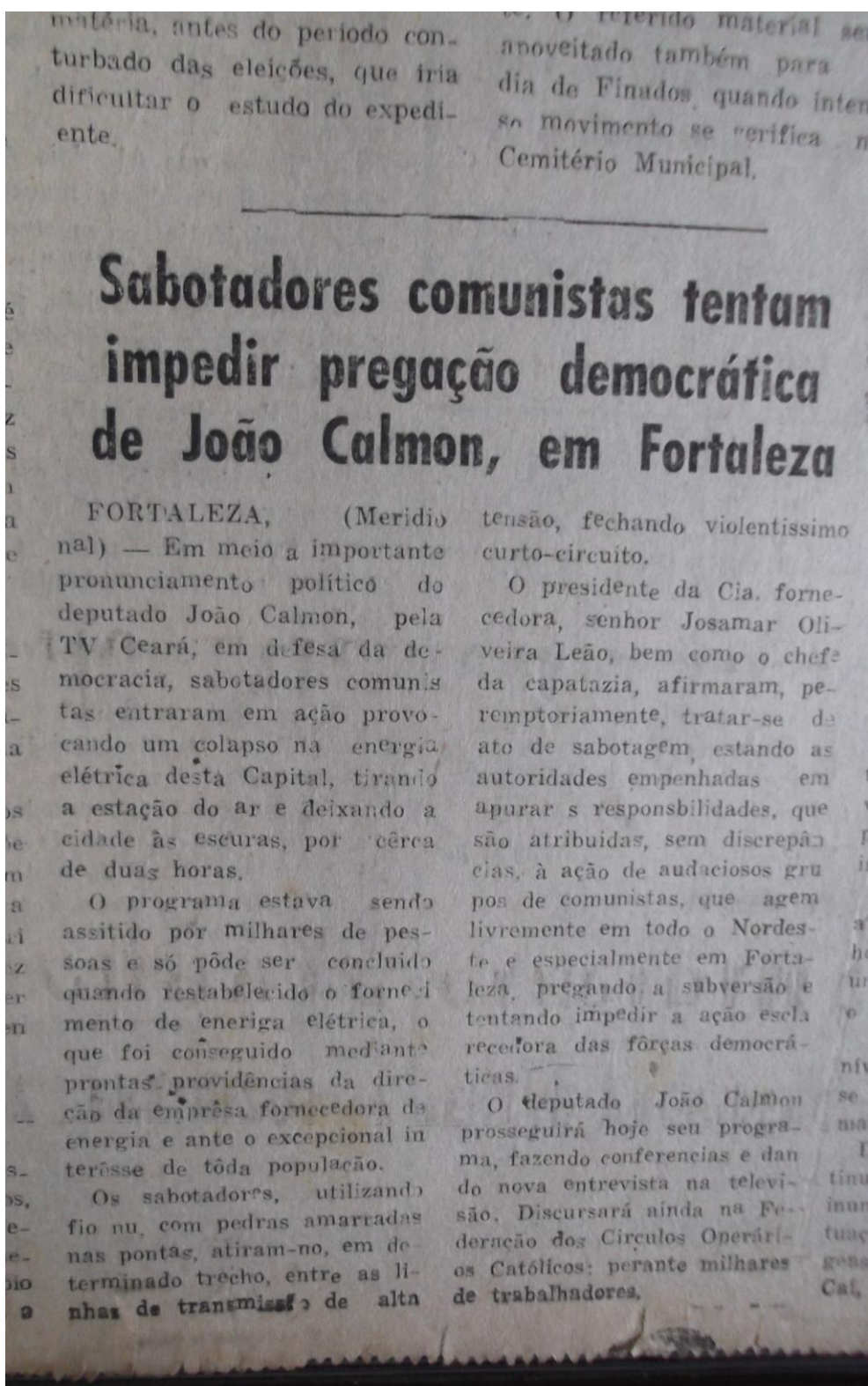
## Anexo D – À Espera do Sinal – Dia 13 de Outubro de 1963.



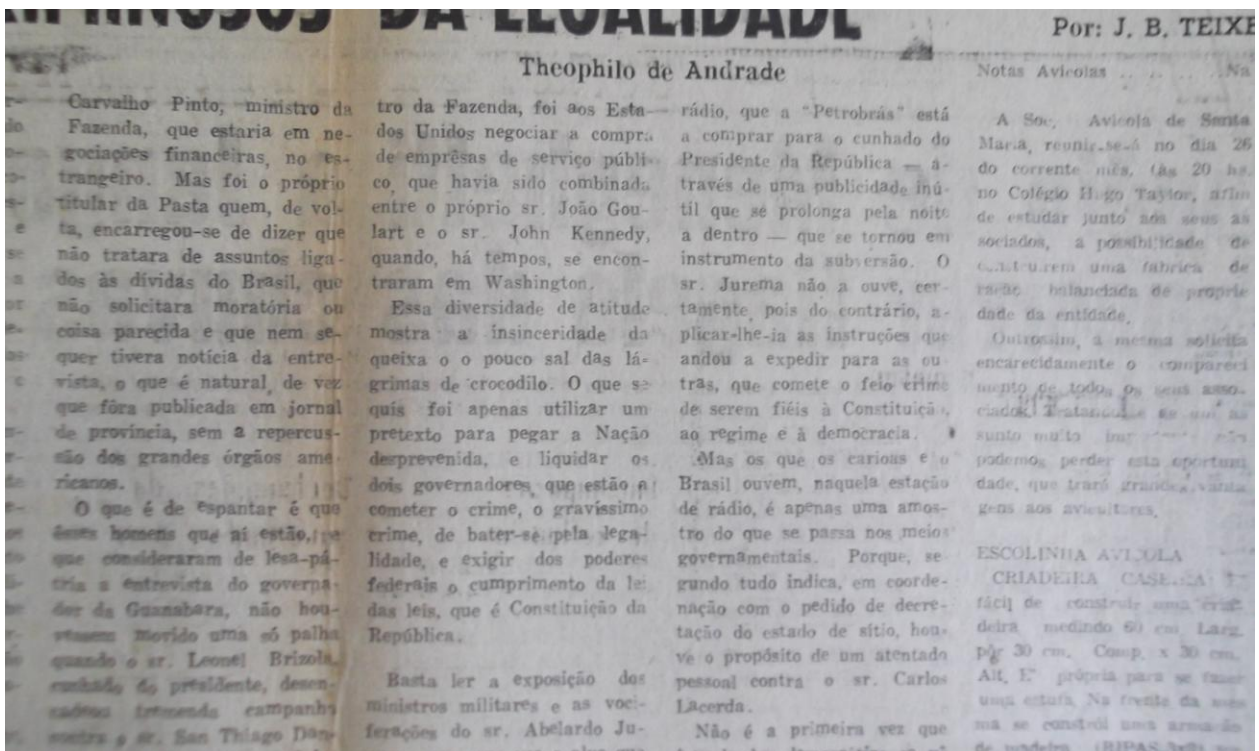
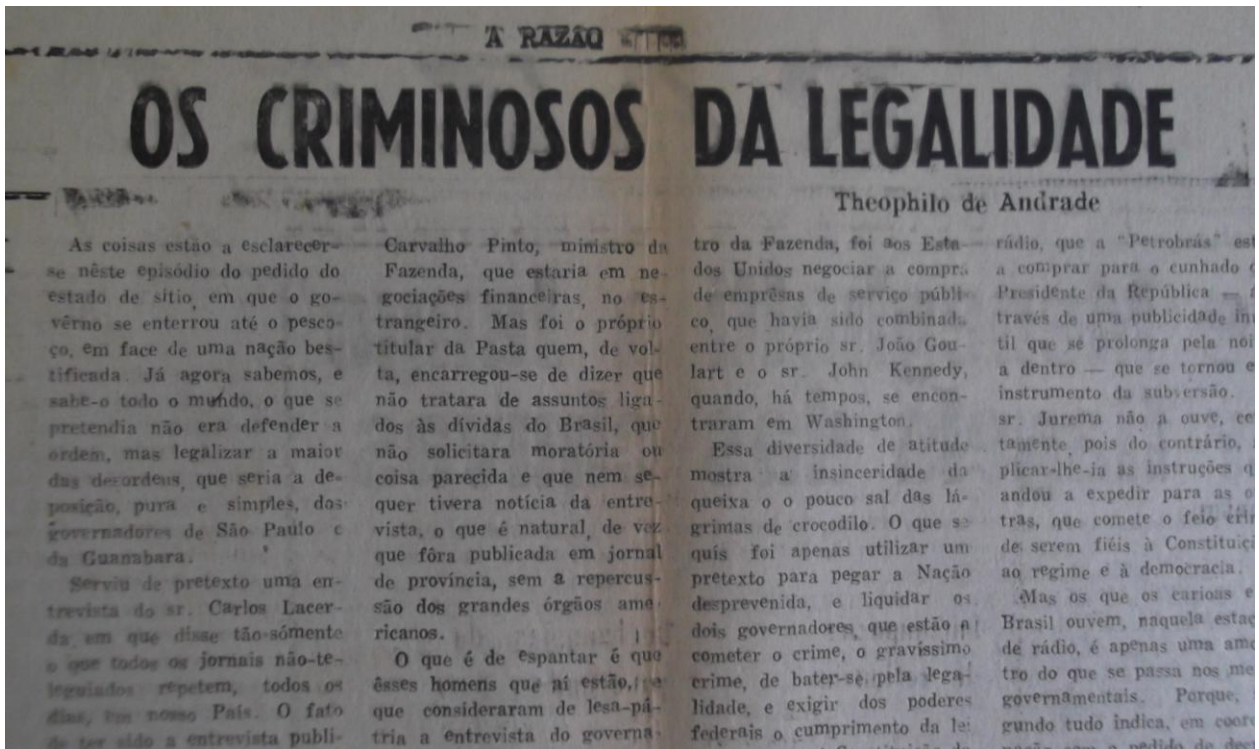
Anexo E – Vergonha Cívica – Dia 15 de Outubro



**Anexo F – Sabotadores comunistas tentam impedir pregação democrática de João Calmon, em Fortaleza – Dia 16 de Outubro de 1963.**



## Anexo G – Os Criminosos da Legalidade – Dia 18 de Outubro de 1963.



Anexo H - "La Donna é Mobile..." - Dia 22 de Outubro de 1963.

# "LA DONNA É MOBILE..."

THEOPHILO D E ANDRADE

Este achado de metralhadoras velhas, em um sítio de Jacarepaguá, foi mesmo, um pão com dois pedaços para os que estavam acuados, pela opinião pública, neste caso monstruoso do atentado trucidando contra o governador da Guanabara.

Este país, está sendo empurrado para um plano incerto que não pode deixar de preocupar os homens amantes da ordem e da lei. Al estio as ligas camponesas à assaltos engenhos e fazendas, não somente no Nordeste — onde a coisa já tem caráter por assim dizer oficial — mas aqui mesmo, nas proximidades da nossa cidade, em terra do Estado do Rio, Arida não faz um mês, tiveram as autoridades do vizinho Estado de intervir contra um desses bandos, que agem às escancaras, e sem cerimônia,

porque todos os dias, são executados a ação pela estação de rádio do sr. Leonal Belloia. Não será, pois, de estranhar que, quem tenha terras, trate de defendê-las por conta própria, já que o governo federal aparece como o protetor de todos os baderneiros, que, com eles ameaça a resistência democrática e a paz social. O que espanta é que, estando o governo empenhado em desarmar aqueles que os comunistas pretendem levar ao «paradiso», não tenham sido encontrados outros depósitos e se, haja ricado nas espingardas de carga, de há alguns dias, e, agora, nestas metralhadoras velhas de 1928.

Acontece, porém, terem sido elas encontradas em Jacarepaguá, perto de umas das propriedades rurais do presidente da República. Foi o

quanto bastou para que a coisa metável caísse em Justiça, antes do desenvolvimento do inquérito, já havia tramitado a notícia em um atentado em preparo, mas somente contra o sr. João Goulart, mas também contra a sua família, como se podesse passar pela coisa de alguém que, no Brasil, já houvesse, mas chegou ao cúmulo de atentados pessoais contra crianças.

Neste país, já houve revoluções e lutas civis. Mas atentados contra adultos, confiamos nos dedos. E assassinatos de jovens somente temos conhecimento dos de Tobias Warschawski e de Elza Fernandes, mas levados a efeito por comunistas, após um «Putsch» fracassado que teve como dirigente e inspirador um agente internacional chamado Harry Berger.

O que está à vista é que o escândalo vem sendo armado como um meio de diversão, isto é, com a finalidade de afastar a atenção da opinião pública do atentado que se preparou e que, felizmente, fracassou, contra a pessoa do

alido, porque todo atentado é crime. Pelo contrário, a honra da sua vida está empenhada em que este caso seja esclarecido da maneira mais formal, inclusive, se for o caso, pela punição severa dos culpados. Mas a ação das autoridades militares não exclui a de uma Comissão de Inquérito, pelo conteúdo político que a matéria contém.

O que se não admite, é que a denúncia não pode suportar a que queira o ministro da Justiça abafar — um inquérito com outro, envolvendo a imprensa gaucheresca de pretender conhecer a opinião pública, levantando, perante a nação, o fantasma de um atentado contra a família do presidente da República, tirando ilações, antes de qualquer conclusão do inquérito que mal começou, somente porque foram encontradas algumas metralhadoras velhas, em um bairro onde o sr. João Goulart possui uma de suas propriedades. Há um inquérito em andamento, que deve continuar, uma vez que armas de guerra são armas de guerra, e as Forças Armadas têm de saber por

**RANGUE**

ofensiva, lançando greves de protesto e soli-

como dirigente e inspirador um agente internacional chamado Harry Berger.

O que está à vista é que o escândalo vem sendo armado como um meio de diversão, isto é, com a finalidade de afastar a atenção da opinião pública do atentado que se preparou e que, felizmente, fracassou, contra a pessoa do governador da Guanabara, na véspera do sítio que não houve. Isto é grave, porque, sendo verdade, poderia levar a uma quebra da nossa tradição de tolerância em nossas lutas civis, que poderia transformar este país, de uma terra de trabalho e respeito, em uma Cuba qualquer, tornada em um mar de sangue, depois que os comunistas lá fora se apoderaram.

Especialmente, procurou-se

quer conclusão do inquérito que mal começou, somente porque foram encontradas algumas metralhadoras velhas, em um bairro onde o sr. João Goulart possui uma de suas propriedades. Há um inquérito em andamento, que deve continuar, uma vez que armas de guerra são armas de guerra, e as Forças Armadas têm de saber por onde andam e porque se encontram fora dos quartéis. Mas que se queira transformar o inquérito, por antecipação, em um atentado, é coisa que não entraria na cabeça de qualquer Sherlock de provincia, por maior que seja o seu desejo de servir aos seus padrões.

Este novo atentado descoberto pelo sr. Alvaro de Sousa e igual a colação de

**Peitoro**

Anexo I – União do povo cristão do país contra o perigo do comunismo– Dia 23 de Outubro de 1963.

## União do povo cristão do país contra o perigo do comunismo

Do norte ao Sul do Brasil, todos sentem e muitos não param de dizer e advertir: alerta, brasileiros porque a máquina da subversão universal está em marcha acelerada, rumo à escravização de mais um povo livre e soberano. Mas o pior de tudo é que a traição se realiza, graças à indolência e comodismo das lideranças dos democratas. Concias, embora da gravidade do perigo perdem-se na mais triste e vergonhosa das omissões. O professor Aurélio Bolsanello termina seu breve mas bem documentado estudo "SUMULA DO COMUNISMO HISTÓRICO" com um fato criminoso da antiga Roma. É impressionante e trágica a semelhança com o que está acontecendo aqui no Brasil. Vale a pena transcrevê-lo para que os Brasileiros o meditem e se disponham a se decidam antes que seja tarde demais a defender sua Pátria ameaçada de morte e escravidão pelo comunismo internacional.

SEXTO TARQUINO MANDA ASSASSINAR

que se achavam ali perto. O emissário entendeu tudo. E na mesma noite mataram e trucidaram os Generais dos Gábios.

No dia seguinte com facilidade, Tarquínio destruiu o exército inimigo, sem chefes nem dirigentes. . . ."

E o Professor Bolsanello conclui assim, sua oportuna e corajosa advertência aos brasileiros:

— Os comunistas e seu bando de "inocentes úteis" procuram liquidar os líderes da nossa democracia porque sabem perfeitamente, que é fácil dominar uma sociedade ou um povo sem líderes nem dirigentes. E imediatamente, em lugar deles surgem os arautos das novas ideias os demagogos da confusão e da tirania. Foi e será sempre assim: Quando as almas do escravo se transformaram em pregadores da liberdade, os ladrões em arautos da honestidade e os traidores são honrados como patriotas e nacionalistas. — então estamos no começo do fim. (Sumula do Comunismo Histórico —

tam entre outras providências a modernização agrícola e industrialização dos produtos agrícolas nos próprios locais de produção. "A meta agrícola de meu governo, se eleito dobrar nos primeiros três anos a produção agrícola nacional aumentar em 30 por cento a área cultivada em todo o país." afirmou o senador.

**RODOVIAS**

Ainda durante o encontro com dom Carlos Carmelo de Vascellos Motta, o senador Kubitschek expôs-lhe o que pretende fazer no tocante às rodovias. Espera no decurso de seu governo transformar a rodovia Brasília-Acre em "rodovia de integração sul-antártica." Pretende também construir uma estrada de rodagem ligando Rio Branco, no Acre, a Manaus, cortando uma das regiões mais inacessíveis da Amazônia.

**MELHOROU SENSIBILIZOU A SITUAÇÃO EM**

e comodismo das lideranças dos democratas. Concias, embora da gravidade do perigo perdem-se na mais triste e vergonhosa das omissões. O professor Aurélio Bolsanello termina seu breve mas bem documentado estudo "SUMULA DO COMUNISMO HISTÓRICO" com um fato criminoso da antiga Roma. É impressionante e trágica a semelhança com o que está acontecendo aqui no Brasil. Vale a pena transcrevê-lo para que os Brasileiros o meditem e se disponham a se decidam antes que seja tarde demais a defender sua Pátria ameaçada de morte e escravidão pelo comunismo internacional.

E o Professor Bolsanello conclui assim, sua oportuna e corajosa advertência aos brasileiros:

— Os comunistas e seu bando de "inocentes úteis" procuram liquidar os líderes da nossa democracia porque sabem perfeitamente, que é fácil dominar uma sociedade ou um povo sem líderes nem dirigentes. E imediatamente, em lugar deles surgem os arautos das novas ideias os demagogos da confusão e da tirania. Foi e será sempre assim: Quando as almas do escravo se transformaram em pregadores da li-

## Anexo J – Os Incondicionais do Poder– Dia 23 de Outubro de 1963.

SANTA MARIA, 23 de Outubro de 1963

# OS INCONDICIONAIS DO PODER

THEOPHILO DE ANDRADE

Todos os presidentes da República tiveram um Ministério para governar. O sr. João Goulart inverte as coisas e faz exactamente o contrário: governa para ter Ministério, para demitir Ministério, para recon pôr Ministério, para substituir Ministério. Quando se fizer a estatística dos titulares que ocuparam as diversas Pastas, chegar-se-á à conclusão de que cada uma delas há de ter tido mais ministros durante o período João Goulart do que em toda a vida da República.

Um Ministério é uma ceonoura que se passa pelo nariz de um cabrito. Ele pula para pegá-la, até cair e quebrar o pescoço. O sr. João Goulart sabe disso. Mantém uma multa de políticos em torno da cadeira presidencial de uma ministrança, já começa a pôr-lhes na frente casaca de banana para que raliam, desastrosamente, amassando o tempo e a rigura. E o povo é aplaudido pelos que rugiram de fora, desejosos

O discípulo de Vargas tem feito, nestes longos anos em que está sentado na Presidência da República. Sentado na cadeira, mas sem governar o País. Quando o ministro vem, traza um plano de administração, nem sempre adequado, mas cheio dos elogãos do sr. Goulart, as tantas reformas de bases, feitas mais trombeteadas, quanto melhores se sabe o que são. Mal começá a trabalhar, porém, quebra o nariz vítima do divertimento predileto do sr. João Goulart.

Uma reforma, uma mudança, uma substituição de Ministério chama-se uma crise. E o sr. João Goulart baba-se por crises. É que, com elas, pratica o ato máximo que para ele constitui a arte de governar: nomear, e nomear. E desse seu gosto sibarita, de distribuir benesses à custa do Tesouro público, estão a servir-se, hábilmente, os comunistas e comunistóides, que cercam o Palácio do Planalto e tomam conta do poder, disse o sr. Luís Carlos Prestes em Recife.

Por mais estranho que pareça, o instrumento para o assalto é o Partido Social Democrático, com a sua orientação de solidariedade incondicional ao Presidente da República. É ele a esquadra que permite ao comuna essa dança rendosa de um passinho a diante e outro passinho atrás.

Agora, estamos na hora do passinho atrás. O jogo está tão claro que alguns possedistas estão a arregalar os olhos e a criar vergonha. Querem sair do governo por instinto de conservação. Mas as velhas cocotas, que não sabem viver sem o livro de cheques do coronel, estão tentando chegar a um entendimento, em nome da concordia nacional. Primeiro, ralaram em oposição. Agora, ralam em apoio incondicional. É a última formação da política de sombra e água fresca. Querem substituir os lunares que estão a estourar, por novas cabeças de prego, para a colagem de feridas do sr. João Goulart.

O PSD é o partido dos incondicionais do poder. Mas não são incondicionais que, por isso mesmo, vão ficar sem o poder, sem qualquer parcela de poder, se, na próxima reforma ministerial, os veracinos conseguirem pôr a mão em cima dos canchãos e das metralhadoras, pela entrega do Ministério da Guerra a algum general do povo.

Neste dia, estará realizado o propósito, abertamente confessado, do sr. Luís Carlos Prestes.

**LAGRIMAS INTERNAS.**

Poesias — Leiam.

SANTA MARIA, 23 de Outubro de 1963

# OS INCONDICIONAIS DO PODER

THEOPHILO DE ANDRADE

Todos os presidentes da República tiveram um Ministério para governar. O sr. João Goulart inverte as coisas e faz exactamente o contrário: governa para ter Ministério, para demitir Ministério, para recon pôr Ministério, para substituir Ministério. Quando se fizer a estatística dos titulares que ocuparam as diversas Pastas,

O discípulo de Vargas tem feito, nestes longos anos em que está sentado na Presidência da República. Sentado na cadeira, mas sem governar o País. Quando o ministro vem, traza um plano de administração, nem sempre adequado, mas cheio dos elogãos do sr. Goulart, as tantas reformas de bases, feitas mais trombeteadas,

tomar conta do poder, disse o sr. Luís Carlos Prestes em Recife.

Por mais estranho que pareça, o instrumento para o assalto é o Partido Social Democrático, com a sua orientação de solidariedade incondicional ao Presidente da República. É ele a esquadra que permite ao comuna essa dança rendosa